

GESTÃO E REALIZAÇÕES

2016

MINISTÉRIO PÚBLICO
MILITAR



1920

EXPEDIENTE

Procurador-Geral da República

Rodrigo Janot Monteiro de Barros

Procurador-Geral de Justiça Militar

Jaime de Cassio Miranda

Vice-Procurador-Geral de Justiça Militar

Roberto Coutinho

Coordenador da Câmara de Coordenação e Revisão do MPM

José Garcia de Freitas Júnior

Corregedor-Geral do MPM

Giovanni Rattacus

Diretor-Geral

Gilberto Barros Santos

Texto

Assessoria de Comunicação

Projeto Gráfico

Assessoria de Comunicação

Procuradoria-Geral de Justiça Militar

Setor de Embaixadas Norte, lote 43

CEP: 70800-400 Brasília - DF

Telefone: (61) 3255-7451

<http://www.mpm.mp.br>

SUBPROCURADORES-GERAIS DE JUSTIÇA MILITAR

Alexandre Carlos Umberto Concesi

Anete Vasconcelos de Borborema

Arilma Cunha da Silva

Carlos Frederico de Oliveira Pereira

Clauro Roberto de Bortolli

Edmar Jorge de Almeida

Giovanni Rattacus

Herminia Celia Raymundo

José Garcia de Freitas Júnior

Marcelo Weitzel Rabello de Souza

Maria de Nazaré Guimarães de Moraes

Mário Sérgio Marques Soares

Roberto Coutinho

PROCURADORES DE JUSTIÇA MILITAR

Alexandre José de Barros Leal Saraiva

Andrea Cristina Marangoni Muniz

Antonio Antero dos Santos

Antônio Cerqueira

Antônio Pereira Duarte

Cezar Luís Rangel Coutinho

Claúdia Márcia Ramalho Moreira Luz

Clementino Augusto Ruffeil Rodrigues

Dimorvan Gonçalves Leite

Hevelize Jourdan Covas Pereira

Jaime de Cassio Miranda

José Luiz Pereira Gomes

Luciano Moreira Gorrilhas

Maria de Lourdes Souza Gouveia Sanson

Maria Ester Henriques Tavares
Osmar Machado Fernandes
Rejane Batista de Souza Barbosa
Ricardo de Brito Albuquerque Pontes Freitas
Ronaldo Petis Fernandes
Samuel Pereira
Sérgio de Saldanha da Gama Júnior
Ulysses da Silva Costa Filho

Helena Mercês Claret da Mota
Irabeni Nunes de Oliveira
Jorge Augusto Caetano de Farias
Jorge Augusto Lima Melgaço
Karollyne Dias Gondim Neo
Luís Antonio Grigoletto
Luiz Felipe Carvalho Silva
Márcio Pereira da Silva
Marcos José Pinto
Maria da Graça Oliveira de Almeida
Mário André da Silva Porto
Max Brito Repsold
Najla Nassif Palma
Nelson Lacava Filho
Otávio Augusto de Castro Bravo
Renato Brasileiro de Lima
Rodrigo Ladeira de Oliveira
Sandra Mara Regis
Selma Pereira de Santana
Soel Arpini

PROMOTORES DE JUSTIÇA MILITAR

Adilson José Gutierrez
Adriana Santos
Adriano Alves Marreiros
Ailton José da Silva
Alexandre Reis de Carvalho
Ana Carolina Scul托ri Teles Leiro
Ana Cristina da Silva
André Luiz de Sá Santos
Andréa Helena Blumm Ferreira
Angela Montenegro Taveira
Anna Beatriz Luz Podcameni
Antonio Carlos Gomes Facuri
Ataliba Chaves de Souza Neto
Caroline de Paula Oliveira Piloni
Cícero Robson Coimbra Neves
Claudio Martins
Ednilson Pires
Eliane Costa de Azevedo
Fernando Hugo Miranda Teles
Giselle Carvalho Pereira Coelho
Guilherme da Rocha Ramos

APRESENTAÇÃO

As perspectivas para o ano de 2016 não eram as melhores. A crise econômica instalada no país não permitia vislumbrar boas expectativas nesses doze meses. A reforçar essa situação, as restrições orçamentárias impunham às instituições a busca por novas respostas para enfrentar o aumento contínuo nos gastos em contraste com a redução nos recursos financeiros.

Encerrado o ano, o resultado foi bem diferente do esperado. As adversidades promovem mudanças nas rotinas, hábitos e processos dos indivíduos e também das instituições. Forçados a pensar sob outra realidade, no Ministério Público Militar, implementamos adequações que agregaram racionalidade e economicidade à gestão do Órgão.

Contribuiu para essa quebra de paradigmas a entrada em vigor do Plano Estratégico MPM 2016-2020, focado no atingimento dos objetivos propostos, por meio do alcance de indicadores de resultados para a instituição e sobretudo para a sociedade.

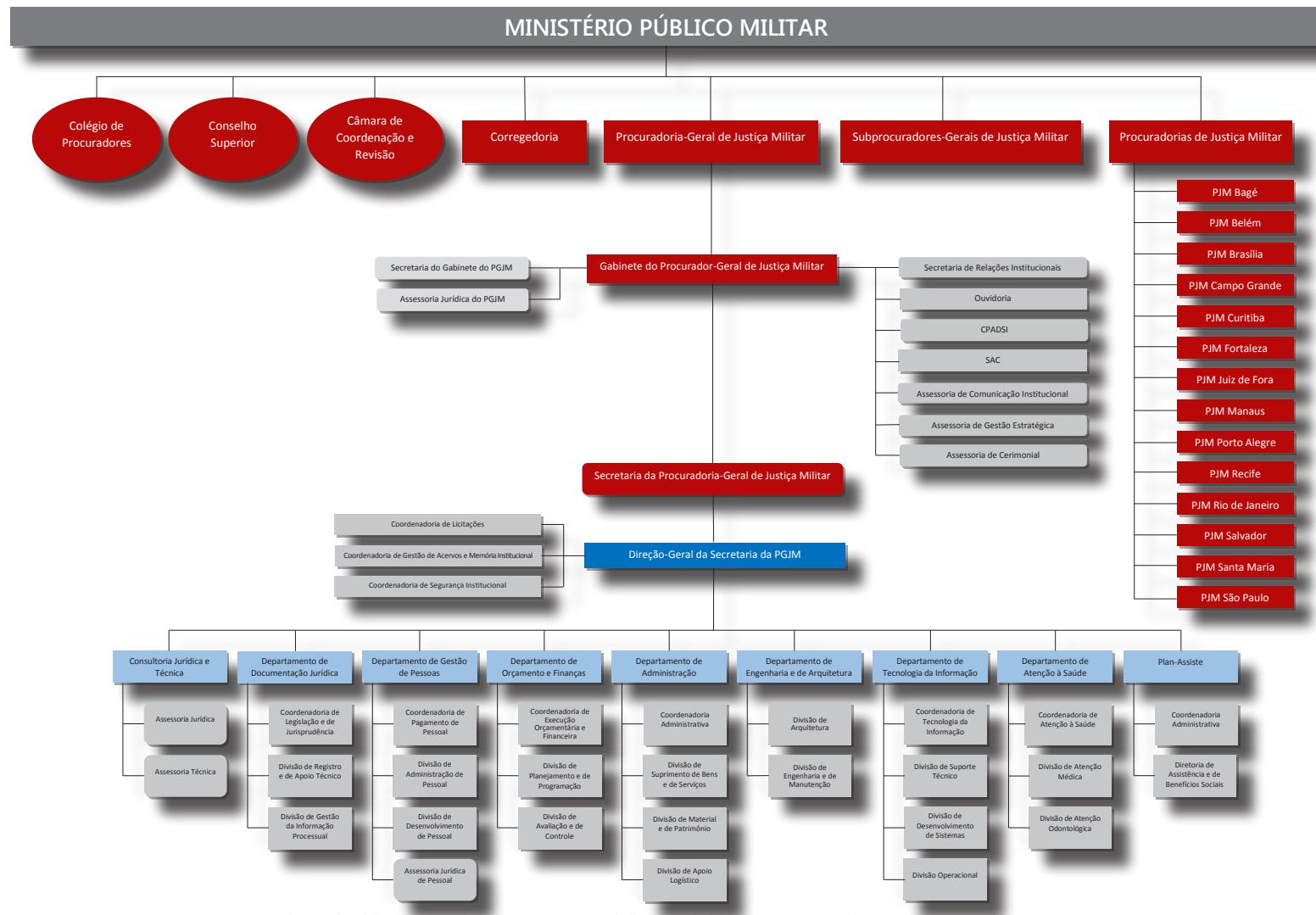
Foram desenvolvidas ações de modernização da gestão, por meio da implantação de ferramentas de governança, do aperfeiçoamento da comunicação e dos procedimentos de transparência, da racionalização de recursos, da implantação da gestão por projetos, dentre outras.

Houve investimentos na valorização e na capacitação do nosso corpo funcional. Iniciativas de formação e de treinamento, bem como os programas de atenção à saúde e ao bem-estar dos que trabalham no Ministério Público Militar continuam prioritários.

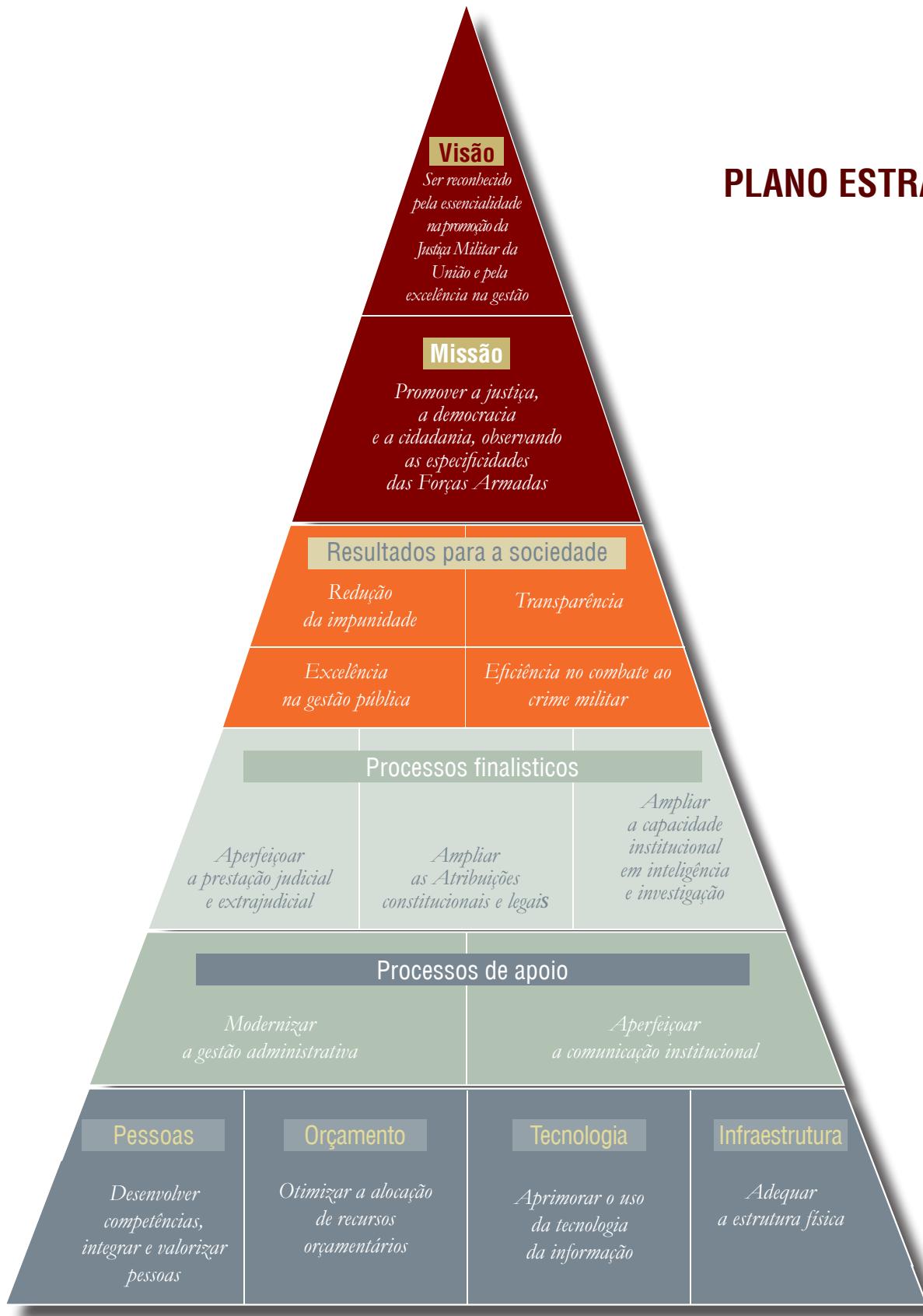
O ano de 2017 começou não muito diferente do anterior. Embora a economia do país sinalize uma reação, os esforços para o aperfeiçoamento na gestão do Ministério Público Militar não serão reduzidos. Permanece, assim, o empenho para se atingir o que foi definido na visão, o reconhecimento pela essencialidade na promoção da Justiça Militar e a busca da excelência na gestão.

Jaime de Cassio Miranda
Procurador-geral de Justiça Militar

ORGANOGRAMA



PLANO ESTRATÉGICO



SUMÁRIO

11 ADMINISTRATIVO

- 11 Desdobramentos do Plano Estratégico 2016-2020
- 14 Execução dos recursos orçamentários
- 16 PGJM consegue 16,4 milhões para PJM Rio e PJM São Paulo
- 17 Iniciativas econômicas e socioambientais
- 19 Escolha do procurador-geral de Justiça Militar para o biênio 2016-2018
- 20 Curitiba e Santa Maria reformadas e Recife em sede nova
- 23 MPM requer melhorias na infraestrutura do Setor de Embaixadas Norte
- 24 MPM adere ao Sistema Eletrônico de Informações - SEI
- 26 Atualização de softwares e equipamentos de informática
- 27 MPM investe no desenvolvimento interno de aplicativos tecnológicos

29 SOCIEDADE

- 29 Produtividade da atuação do MPM
- 30 Corregedoria acompanha atuação das Procuradorias
- 31 Unidades Carcerárias Inspelcionadas em 2016
- 32 Número de processos julgados pela CCR aumenta em 35%
- 32 Ferramenta controla o trâmite de processos judiciais e extrajudiciais
- 33 CPADSI amplia capacidade de investigação
- 35 Congressos, seminários, palestras: MPM promovendo o conhecimento

- 36 Portaria cria Ouvidoria do MPM
- 37 MPM participa de Reunião Interagências das Olimpíadas 2016
- 39 Inaugurado o Centro de Memória do MPM
- 41 Revista do MPM

43

VALORIZAÇÃO

- 43 Principais ações de capacitação desenvolvidas em 2016
- 44 MPM e ESMPU – parceria para formação do quadro
- 45 O bem-estar dos que trabalham no MPM
- 47 Outras ações promovidas pelo MPM
- 48 Novo regulamento do Plan-Assiste aprimora prestação de serviços
- 49 Ano de despedidas e promoções

51

RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

- 51 MPM articula para aprovação de Projeto de Lei que redefine foro militar
- 52 MPM sedia eventos nacionais
- 53 MPM participa de discussão sobre a conduta de militares nas missões de paz da ONU
- 54 Anteprojeto de Código Penal Militar de Angola
- 56 Ordem do Mérito Ministério Público Militar

59

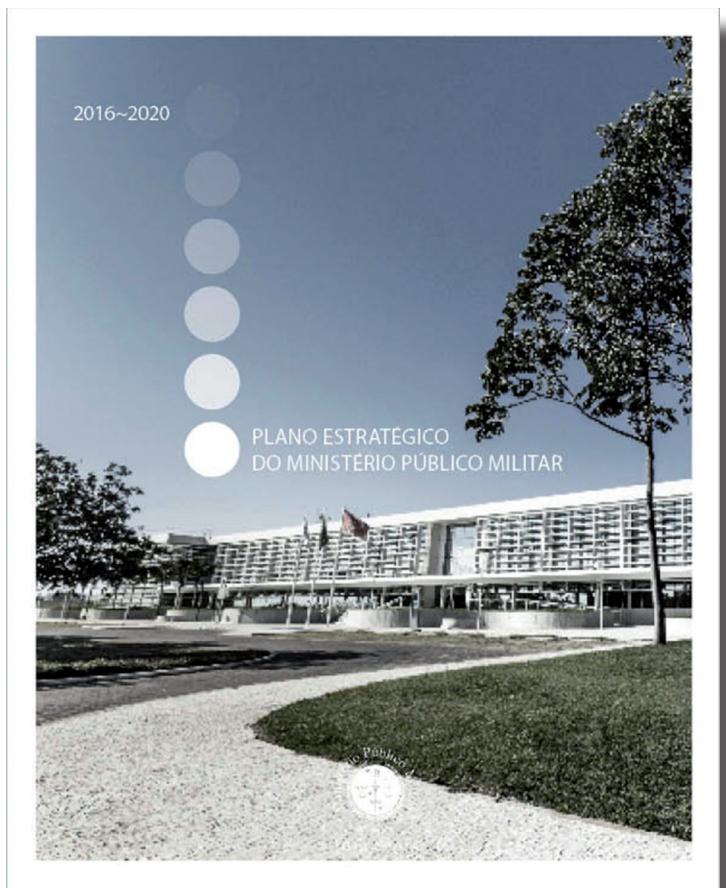
PERSPECTIVAS

- 59 Consolidação do Planejamento Estratégico

ADMINISTRATIVO

DESDOBRAMENTOS DO PLANO ESTRATÉGICO 2016-2020

O primeiro ano de vigência do **Plano Estratégico MPM 2016-2020** foi mais um passo para o aprimoramento dos mecanismos da gestão por resultados no Órgão. Com a priorização de objetivos e a definição de indicadores e metas das iniciativas, em 2016 o MPM aprofundou o processo de modernização de sua gestão.



As iniciativas relacionadas às atividades de gestão e de apoio foram detalhadas em Planos de Ação, por meio dos quais as ações foram monitoradas e avaliadas. Merece destaque a publicação da Portaria nº 111/PGJM, de 26/08/2016, que estabeleceu as diretrizes para o planejamento e para a gestão estratégica deste Ministério Público Militar.

Além disso, estabeleceu-se um ciclo de capacitação e nivelamento sobre a gestão estratégica com foco em resultados, com participação efetiva dos gestores no processo de desdobramento da estratégia, na construção do portfólio de projetos prioritários e da cadeia de valor, até o segundo nível. O trabalho foi primordial para a implantação do novo modelo de governança, direcionamento e potencialização dos esforços de transformação.

Com vistas a aperfeiçoar os mecanismos de gestão, foram realizados trabalhos para a elaboração dos indicadores dos objetivos estratégicos e para a definição dos indicadores de resultados para a sociedade, que serão mensurados a partir de 2017.

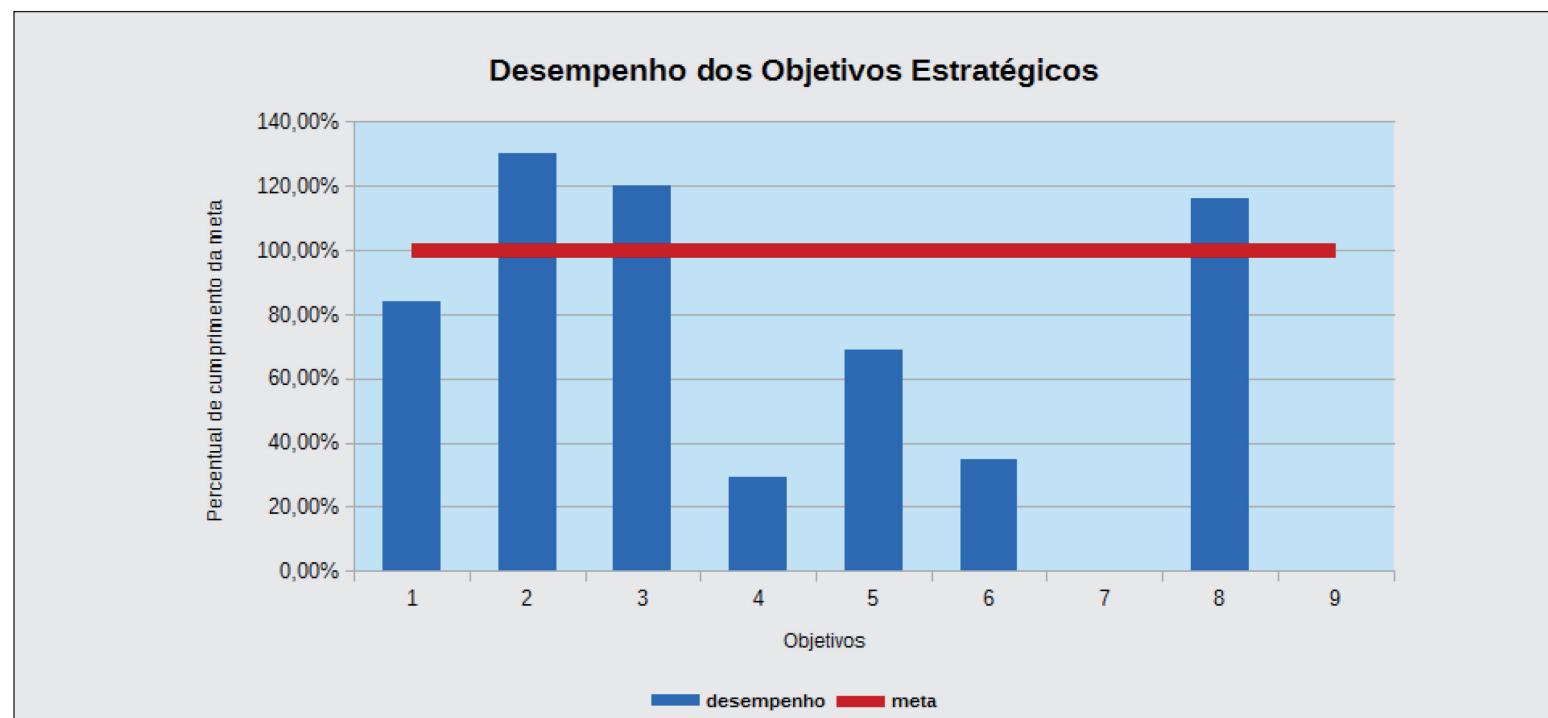
Com a implementação do Plano Estratégico MPM 2016-2020 e de novas metodologias de gestão, o MPM iniciou um ciclo de modernização administrativa que agrupa inovações de impacto em várias perspectivas e de mudanças profundas já sentidas nos processos de trabalho do Órgão. Tais esforços estão sendo desenvolvidos em ondas, a primeira, iniciada em 2016, trata da Perspectiva Pessoas e Meio, e de Processos de Apoio e, em um segundo momento, será incorporado o desdobramento da Perspectiva de Processos Finalísticos na sua integralidade, por meio de painéis de contribuição.

Principais atividades realizadas em 2016

Atividade	Resultado/Benefício
Implantação do Sistema de Informações Eletrônica - SEI	Melhoria da eficiência na instrução, tramitação, manuseio e localização documental, economia de tempo e recursos, controle transparente.
Instituição do Plano de Ação das Unidades	Sistematização das etapas das ações envolvidas para o atingimento dos objetivos, definição de prazo e de responsabilidades, entre outros aspectos.
Publicação da Portaria nº 111/PGJM, de 26/8/2016	Estabelecimento das diretrizes para o planejamento e para a gestão estratégica no âmbito do MPM.
Instituição de reuniões de monitoramento – Reuniões de Análise da Estratégia – Nível Tático (RAT)	Criação da cultura do monitoramento na gestão por resultados e mais agilidade na tomada de decisão para a execução das iniciativas estratégicas. Mais envolvimento e comprometimento dos gestores. Melhoria da comunicação entre as unidades.
Capacitação de gestores no ciclo de gestão estratégica	Sensibilização dos gestores e nivelamento de conhecimentos sobre a gestão estratégica e sua importância no setor público.
Revisão das iniciativas pertencentes ao Plano Estratégico	Identificação das iniciativas com características de projetos.
Construção do Portfólio de Projetos do MPM	Identificação dos projetos prioritários para o monitoramento.
Elaboração dos planos dos projetos prioritários	Definição de objetivo, escopo, entregas, etapas, responsáveis, cronograma, entre outros, para acompanhamento e mensuração de resultados. Implantação da gestão por projetos.
Elaboração da cadeia de valor até o segundo nível	Identificação dos processos críticos para o monitoramento.
Acompanhamento do desempenho dos indicadores das iniciativas	Identificação dos pontos de melhoria para a tomada de decisão e realização do ajuste necessário. Avaliação crítica do desempenho.
Construção de Agenda Estratégica para acompanhamento de projetos do Congresso Nacional	Definição de modelo de agenda, que favorece o acompanhamento do assunto por meio de série histórica, projeções para o futuro e definição da estratégia.
Definição do modelo de monitoramento	Aperfeiçoamento dos ritos e do processo de monitoramento da estratégia.
Elaboração de indicadores de desempenho dos objetivos estratégicos e resultados para a sociedade	Aperfeiçoamento da metodologia de aferição do resultado das ações implementadas, por meio da definição de indicadores dos objetivos estratégicos e dos resultados para a sociedade.

A seguir apresentam-se os resultados apurados dos Objetivos Estratégicos, que constituem a média percentual do cumprimento das metas das iniciativas alocadas em cada objetivo:

Objetivo Estratégico	Percentual de atingimento da meta	Situação em Dez/2016
1. Desenvolver competências, integrar e valorizar pessoas	84%	meta cumprida parcialmente
2. Otimizar a alocação de recursos orçamentários	129%	meta cumprida
3. Aprimorar o uso da tecnologia da informação	120 %	meta cumprida
4. Adequar a estrutura física	29 %	meta cumprida parcialmente
5. Modernizar a gestão administrativa	69 %	meta cumprida parcialmente
6. Aperfeiçoar a comunicação institucional	35 %	meta cumprida parcialmente
7. Aperfeiçoar a prestação judicial e extrajudicial	-	objetivo a ser desdoblado
8. Ampliar a capacidade institucional em inteligência e investigação	116 %	meta cumprida
9. Ampliar as atribuições constitucionais e legais	-	objetivo a ser desdoblado



Da análise dos indicadores de desempenho, que foram definidos como a média do percentual de cumprimento das metas das iniciativas alocadas a cada objetivo, observou-se:

Os objetivos 2, 3 e 8 obtiveram indicadores superiores à meta inicialmente programada. Alguns indicadores das iniciativas atingiram percentuais muito superiores ao previsto, o que influenciou o indicador do objetivo como um todo. O atingimento da meta acima dos percentuais previstos indica a necessidade de aperfeiçoar o planejamento, o alinhamento orçamentário e a adequação das metas à realidade identificada.

Com o intuito de aprimorar a análise dos dados e de evitar a distorções nos resultados dos objetivos, os indicadores foram revistos pelos gestores. Dessa forma, a metodologia de apuração dos resultados passará a contar, a partir de 2017, com indicadores e metas específicos para cada objetivo estratégico.

Os objetivos estratégicos 7 e 9 apresentam resultado de difícil apuração, uma vez que não foram desdobrados no exercício de 2016. O desdobramento dos processos finalísticos ocorrerá a partir de 2017, por meio da metodologia de painéis de contribuição.



EXECUÇÃO DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

A crise na economia enfrentada pelo país em 2016 provocou uma restrição orçamentária que atingiu todas as instituições brasileiras. No Ministério Público Militar, essa limitação de recursos foi mais um incentivo para a implementação da iniciativa estratégica 2.1.2 do Plano Estratégico do MPM 2016-2020: “Assegurar a execução dos recursos orçamentários aprovados”. A meta era

um percentual de execução orçamentária de 95%, em 2016, o índice alcançado foi superior a 99,9%. Ou seja, o MPM executou praticamente a totalidade do que foi disponibilizado pela Lei Orçamentária Anual (LOA) para as despesas discricionárias acrescidas pelos créditos adicionais. De um total de R\$ 32.970.101,00 para custeio e capital, foram executados R\$ 32.969.863,56.

DEMONSTRATIVO DO ORÇAMENTO DE 2016

ESPECIFICAÇÃO	LOA 2016 (A)	CRÉDITOS ADICIONAIS (B) *	DOTAÇÃO TOTAL (C) = (A+B)	PROVISÃO CONCEDIDA (E)**	DESPESA EXECUTADA (F) ***
Custeio	30.395.620,00	-145.519,00	30.250.101,00	11.885,30	30.238.215,70
Capital	2.574.481,00	145.519,00	2.720.000,00	-	2.719.762,56
Total	32.970.101,00	-	32.970.101,00	11.885,30	32.957.978,26
Saldo					237,44

Obs: * Créditos adicionais do tipo suplementar e extraordinário/dotação cancelada e remanejada.

** Provisão Concedida à Escola Superior do Ministério Público da União

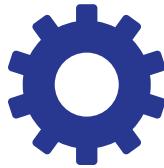
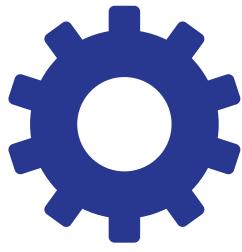
*** Despesas Empenhadas

Fonte: Tesouro Gerencial/2016

Outra iniciativa adotada em 2016 com vistas ao incremento da dotação orçamentária do MPM foi a liquidação dos restos a pagar. As despesas de custeio e investimento empenhadas em anos anteriores e não pagas somavam R\$ 25.576.132,24 no início do ano. Com esforços das áreas envolvidas, foi possível liquidar 93% desse total de restos a pagar, R\$ 23.809.786,87. Ressalte-se que cerca de 71% desse total de restos a pagar era referente a despesas com projetos de construção e reforma que, dada a ocorrência de entraves de ordem técnica, não puderam ser liquidados e pagos no exercício de origem. Ao final do ano, o saldo de restos a pagar foi reduzido para apenas R\$ 272.447,03.

Desse modo, do total executado em investimento, no ano de 2016, conforme a tabela a seguir, cerca de 90% foram destinados a obras e instalações (R\$ 17.716.485,20), e a nova sede da PJM Rio de Janeiro a maior beneficiária. Outro montante considerável foi empregado na compra de equipamentos de informática e aplicativos, descritos nos elementos 39 – Outros Serviços de Terceiros – PJ e 52 – Equipamentos e Material Permanente, R\$ 2.914.298,52. Em custeio, as maiores despesas foram com serviço de segurança, limpeza e manutenção predial.

Execução Orçamentária				
GND	Elemento de Despesa	LOA (Despesa Executada) 2016	Restos a Pagar Pagos 2016	Total Executado 2016
CUSTEIO	14 – Diárias	976.858,84	-	976.858,84
	30 – Material de Consumo	1.003.738,25	154.369,35	1.158.107,60
	31 – Premiações	18.000,00	-	18.000,00
	33 – Passagens e Despesa com Locomoção	393.286,51	16.552,39	409.838,90
	36 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	821.093,19	135,20	821.228,39
	37 – Locação de Mão de Obra	16.163.351,81	1.146.672,19	17.310.024,00
	39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	8.272.710,18	4.576.955,02	12.849.665,20
	47 – Obrigações Tributárias e Contributivas	68.494,57	-	68.494,57
	49 – Auxílio Transporte	114.142,00	-	114.142,00
	92 – Despesas de Exercícios Anteriores	1.274.337,35	-	1.274.337,35
	93 – Indenizações e Restituições	1.132.203,00	4.470,26	1.136.673,26
		TOTAL	30.238.215,70	5.899.154,41
				36.137.370,11
INVESTIMENTO	39 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	1.183.026,13	238.748,25	1.421.774,38
	51 – Obras e Instalações	797.885,77	16.918.599,43	17.716.485,20
	52 – Equipamentos e Material Permanente	738.850,66	753.673,48	1.492.524,14
	TOTAL	2.719.762,56	17.911.021,16	20.630.783,72
		TOTAL	32.957.978,26	23.810.175,57
				56.768.153,83



Restos a Pagar Inscritos em Exercícios Anteriores				R\$ 1,00
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2016	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2016
2015	7.331.923,63	6.893.635,21	303.998,86	134.289,56
2014	11.182.747,11	9.890.039,56	1.160.684,48	132.023,07
2013	6.729.877,10	6.700.662,10	29.215,00	-
2012	255.334,40	249.200,00	-	6.134,40
2011	76.250,00	76.250,00	-	-
Total¹	25.576.132,24	23.809.786,87	1.493.898,34	272.447,03
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2016	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2016
2015	388,70	388,70	-	-
Total²	388,70	388,70	-	-
Total (1+2)	25.576.520,94	23.810.175,57	1.493.898,34	272.447,03

Fonte: Departamento de Orçamento e Finanças (DOF/PGJM); Tesouro Gerencial/2016

PGJM CONSEGUE 16,4 MILHÕES PARA PJM RIO E PJM SÃO PAULO

Ações desenvolvidas pela Procuradoria-Geral de Justiça Militar no Congresso Nacional, durante o ano de 2016, culminaram com o incremento de R\$ 16,4 milhões no orçamento do MPM para o ano de 2017. Esse montante foi obtido por meio de quatro emendas apresentadas por parlamentares em favor do Órgão. Dois projetos serão beneficiados por esses recursos: a construção da nova sede da Procuradoria no Rio de Janeiro e a reforma da Procuradoria em São Paulo.



Duas emendas, no total de R\$ 16 milhões, são destinadas à continuidade da construção do edifício-sede da PJM no Rio de Janeiro. Tendo em vista que a obra já contava com R\$ 8 milhões no início da tramitação do projeto enviado pelo Executivo, em 2017, o MPM disporá de R\$ 24 milhões para investimento na construção da nova sede da PJM/RJ. As outras duas emendas reservam R\$ 400 mil para reforma do edifício-sede da PJM/São Paulo, obtidas com o empenho do promotor de Justiça Militar Adilson Gutierrez.

Para a viabilização dessas emendas, o procurador-geral Jaime de Cassio esteve diversas vezes no Congresso Nacional. Manteve contatos com o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia; com o relator-geral do Orçamento 2017, senador Eduardo Braga; com o deputado Mário Negromonte Jr, relator setorial do PLOA 2017; com os deputados Hugo Leal, Soraya Santos, Altineu Côrtes e Simão Sessim, coordenadores da bancada do Rio de Janeiro na Câmara dos Deputados; e com assessores e consultores de orçamento das duas casas, Senado e Câmara.

O apoio do procurador-geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, Marfan Vieira; da subprocuradora-geral de Justiça Militar Maria de Nazaré Guimarães de Moraes; do procurador de Justiça Militar e conselheiro do CNMP, Antônio Pereira Duarte, foi essencial na disponibilização desses recursos.

Fundamental ainda nessas articulações foi a Secretaria de Relações Institucionais do MPM, criada em 2016, coordenada pelo subprocurador-geral Marcelo Weitzel e por Marianna Nunes, assessora de Relações Institucionais do MPM.



INICIATIVAS ECONÔMICAS E SOCIOAMBIENTAIS

Em razão da preocupação ambiental, do uso consciente dos recursos naturais e do limite orçamentário, no ano de 2016, as unidades do MPM desenvolveram mecanismos e medidas para reduzir gastos com água, energia elétrica, papel, entre outros.

Na Procuradoria-Geral de Justiça Militar, iniciativas como a redução no número de lâmpadas ligadas e o desligamento de monitores de vídeo quando inoperantes por 10 minutos proporcionaram uma redução de 13% no consumo de energia elétrica. Foram consumidos 1.938.061 kWh, em 2015, e 1.685.906 kWh, em 2016. Em valores, essa economia foi de R\$ 156.041,44.



Já o consumo de água sofreu uma redução de 17,81%. Mesmo com o aumento da tarifa no período, conseguimos economizar R\$ 18.529,21. Além da adoção de rotinas na limpeza e no cuidado com os jardins, foi fundamental nessa economia a colaboração de todos aqueles que trabalham na PGJM, membros, servidores, estagiários e terceirizados.

	Redução em 2016	Economia de
Água	17,81%	R\$ 18.529,21
Energia Elétrica	13%	R\$ 156.041,44

Redução de despesas com custeio

Em atenção à iniciativa estratégica 2.2.1 do Plano Estratégico do MPM (Estabelecer plano de redução de despesas de custeio), o Departamento de Administração promoveu, em 2016, uma revisão nos contratos dos serviços terceirizados.

Um redimensionamento nas contratações para os serviços de limpeza e conservação, de brigada de incêndio e de recepção gerou uma economia de R\$ 1.078.770,98 nos custos da PGJM.

Para auxiliar nesse trabalho de conscientização, a Comissão de Gestão Ambiental divulgou a Cartilha de Práticas Socioambientais do MPM, com dicas e sugestões para aplicação tanto no ambiente de trabalho como fora dele. As práticas sugeridas pelo MPM não requerem grandes transformações em nossas rotinas, mas quando incorporadas provocam sensíveis benefícios.

CARTILHA DE PRÁTICAS SOCIOAMBIENTAIS DO MPM



“Seja um agente de transformação, pratique atitudes conscientes e solidárias.”

ESCOLHA DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA MILITAR PARA O BIÊNIO 2016-2018

Em 29 de março de 2016, o Colégio de Procuradores de Justiça Militar reuniu-se para definir a ordem da lista a ser encaminhada ao procurador-geral da República com os nomes dos candidatos ao cargo de procurador-geral de Justiça Militar. Compete ao Procurador-Geral da República a escolha do Procurador-Geral da Justiça Militar.

O resultado da eleição apresentou o, então, promotor de Justiça Militar Jaime de Cassio Miranda, em primeiro, e o promotor de Justiça Militar Claudio Martins, em segundo.

O escolhido para ocupar o cargo de procurador-geral de Justiça Militar, biênio 2016-2018, Jaime de Cassio Miranda, tomou posse no dia 13 de abril de 2016. O evento aconteceu no gabinete do procurador-geral da República, Rodrigo Janot. Já a solenidade de posse na, Procuradoria-Geral de Justiça Militar, foi realizada na noite de 19 de abril de 2016.

Em discurso proferido na solenidade, Jaime de Cassio ressaltou que todas as prioridades e metas traçadas para sua administração somente se converterão em resultados com o trabalho colabora-



tivo de todos que compõem a Instituição. “Empenharei 100% da minha disposição para oferecer o melhor para o MPM nesses próximos dois anos”, concluiu.

Também em pronunciamento durante o evento, o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, destacou a experiência de Jaime de Cassio Miranda de promotor de Justiça Militar e de diretor-geral da PGJM por quatro anos. “Dupla capacidade de gerir a instituição de maneira transparente, imparcial, responsável e participativa, como deve ser em todo o serviço público”, afirmou.



CURITIBA E SANTA MARIA

REFORMADAS E RECIFE EM SEDE NOVA

Com foco na melhoria das condições de trabalho e no atendimento adequado e acessível a todos os cidadãos, algumas Procuradorias de Justiça Militar passaram por obras no ano de 2016. As maiores foram realizadas em Curitiba e em Santa Maria, já a PJM Recife inaugurou novas instalações.

PJM CURITIBA

A primeira entrega, em 25 de fevereiro de 2016, aconteceu na PJM Curitiba e contou com a presença do então procurador-geral Marcelo Weitzel. A representação do MPM naquela região dispõe agora de um espaço com mais acessibilidade, segurança e conforto. Foram realizadas intervenções para: ampliação do estacionamento; instalação de cobertura metálica e de vidro nas áreas externas; instalação de gradil, portões, corrimãos e guarda-corpo; modernização nas instalações elétricas, de telefonia, de dados e de CFTV; impermeabilização em todas as coberturas da Procuradoria; adaptações de acessibilidade, com a instalação de elevador plataforma e sinalização tátil, visual e sonora; e realização de pintura geral.

PJM RECIFE

A sede da PJM Recife foi inaugurada em 3 de março de 2016. A obra foi entregue durante a gestão do procurador-geral Marcelo Weitzel. Com uma área total de aproximadamente 770 m², a construção, em dois pavimentos,

concilia premissas de funcionalidade, acessibilidade e estética, a partir de um projeto arquitetônico moderno. O andar térreo é composto por ambientes destinados à recepção, controle processual, secretaria, administração, informática, sala técnica e copa. Já o andar superior, contempla espaços destinados aos membros, suas assessorias, arquivo, biblioteca, auditório e varanda. Nos andares há banheiros masculinos e femininos adaptados para pessoas que necessitam de atendimento especial. O estacionamento, parcialmente coberto, possui onze vagas, incluídas as destinadas a idosos e a pessoas que necessitem de atendimento especial.

PJM SANTA MARIA

Em 29 de setembro de 2016, foi a vez de a PJM Santa Maria receber convidados para a solenidade de lançamento de suas instalações. Essa Procuradoria teve sua área ampliada em 80 m², além da construção de mais três vagas de garagem. Com a ampliação na área, foi possível redistribuir os ambientes da Procuradoria com mais equilíbrio e organização; instalar equipamentos de rede do MPM em ambiente apropriado; e adequar a Procuradoria às normas de acessibilidade de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Foram realizadas, ainda, atualizações nos sistemas de circuito fechado de televisão e de alarme; nas instalações elétricas e de iluminação; na copa e nos banheiros, adaptados às normas de acessibilidade.

PJM CURITIBA



PJM RECIFE



PJM SANTA MARIA

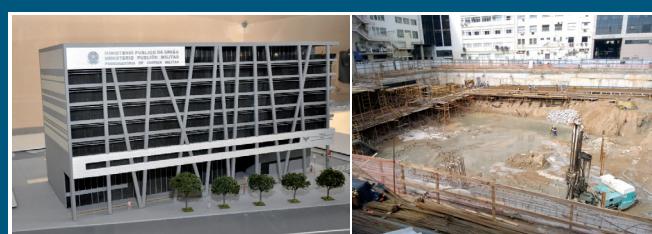
PJM RIO DE JANEIRO



As obras da futura sede da Procuradoria de Justiça Militar no Rio de Janeiro continuam. Em 2016, foram realizados serviços de estrutura e de fundação (movimentação de terra, parede de contenção de terreno, aterramento, remanejamento de rede coletora e adutora de água, execução de formas, armadura e concretagem de laje). Esses custos, acrescidos aos gastos com o projeto de arquitetura, projeto de estrutura e fundações, projetos de instalações complementares e acompanhamento arqueológico, totalizaram R\$ 16.869.548,40.

No dia 1º de abril de 2016, o MPM e o Comando da Aeronáutica celebraram Termo de Execução Descentralizada visando à cooperação técnica em atividade de engenharia para fiscalização dessa primeira etapa da edificação da PJM Rio. As duas instituições têm interesse na obra, porque além da PJM Rio, a sede da Pagadoria de Inativos e Pensionistas da Aeronáutica (PIPAR) funcionará no mesmo endereço.

O prédio que abrigará a sede da PJM Rio de Janeiro terá três subsolos e nove pavimentos e ficará localizado na avenida General Justo, 225, no Centro da cidade do Rio de Janeiro.



MPM REQUER MELHORIAS NA INFRAESTRUTURA DO SETOR DE EMBAIXADAS NORTE

A melhoria na infraestrutura do Setor de Embaixadas Norte, setor onde está localizada a Procuradoria-Geral de Justiça Militar, em Brasília, foi a pauta de encontros mantidos pelo procurador-geral de Justiça Militar, Jaime de Cassio Miranda, com representantes da Casa Civil do Distrito Federal e da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, a Novacap. Foram também realizadas reuniões com os embaixadores de representações diplomáticas vizinhas à PGJM com o objetivo somar esforços na busca por soluções para os problemas de segurança, de ocupação irregular de terrenos, de trânsito, entre outros existentes na região.





“O SEI é a resposta a demandas antigas de todos que trabalham no MPM, como a diminuição de custos, entre os quais os de impressão em papel, e a celeridade no trâmite processual, principalmente para diminuir a distância entre as Procuradorias de Justiça Militar e a PGJM”.

(Discurso do procurador-geral Jaime de Cassio na solenidade de lançamento do SEI, em 29 de agosto de 2016)

MPM ADERE AO SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES – SEI

Em 29 de agosto de 2016, o Ministério Público Militar implantou o Sistema Eletrônico de Informações – SEI. Desenvolvido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), o SEI é um sistema de gestão de processos e documentos eletrônicos, com interface amigável e práticas inovadoras de trabalho. Algumas de suas principais características são: a economia do dinheiro público, principalmente com a redução do uso do papel; a transparência administrativa; o compartilhamento do conhecimento produzido e a sustentabilidade.

O SEI é uma ferramenta que permite a produção, edição, assinatura e trâmite de documentos dentro do próprio sistema, proporcionando a virtualização de processos e documentos, permitindo atuação simultânea de várias unidades em um mesmo processo, ainda que distantes fisicamente, reduzindo o tempo de realização das atividades. O sistema pode ainda ser acessado por diferentes plataformas: computadores, tablets, celulares.



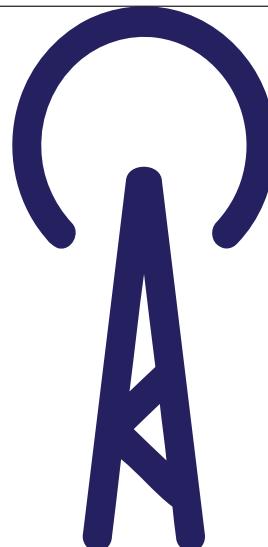
CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO DO SEI NO MPM – 2016

Ação	FEV	MAR	ABR	MAY	JUN	JUL	AGO	SET
1 Reunião com PGR para definir atuação	24							
2 Assinatura da Portaria de criação do Comitê de Implantação	26							
3 Encaminhamento do OF ao PGR com a Portaria e indicação para treinamentos	26							
4 Reunião com STM para definir apoio ao MPM		1						
5 Treinamento dos gestores do sistema no TRF4								
6 Levantamento da necessidade de infraestrutura (DTI)		24/2 a 11/3						
7 Planejamento da Implantação		24/2 a 18/3						
8 Elaboração do Plano de Comunicação		1 a 18/3						
9 Elaboração do Plano de Treinamento		1 a 18/3						
10 Apresentação do plano de projeto para DG			22					
11 Treinamento da Comissão de Implant. SEI			31	6				
12 Reunião com unidades para definir hierarquias				5/4 a 11/5				
13 Reunião com os Diretores				7				
14 Divulgação do SEI					11/4 a 26/8			
15 Lançamento do Portal					11			
16 Recebimento do código fonte					11			
17 Instalação do SEI (DTI)				11/4 a 13/5				
18 Reunião com os Subprocuradores (CSMPM)				11		16/5 a 26/8		
19 Parametrização do sistema (CGA)							13/6 a 26/8	
20 Treinamento dos multiplicadores							20/6 a 26/8	
21 Estruturação das unidades com equipamentos								
22 Disponibilização de ambiente de teste do SEI								
23 Videoconferência com os membros das PJM						27/6 a 1/7		
24 Treinamento sobre digitalização							1 a 10	
25 Publicação da norma de instituição do SEI							8	
26 Treinamento dos usuários							15 a 26	
27 Lançamento do SEI no MPM							29	
28 Acompanhamento da implantação								1 a 30
29 Treinamento a distância								1 a 30



ATUALIZAÇÃO DE **SOFTWARES E EQUIPAMENTOS** DE INFORMÁTICA

Em 2016, um dos focos do DTI foi a melhoria dos serviços prestados. Outra prioridade foi a atualização tecnológica dos softwares e dos equipamentos de informática no Órgão. Nesse ano, foram investidos R\$ 1.374.731,49 em equipamentos e atualização de softwares de TI.



PRINCIPAIS AÇÕES:

Servidores de rede	Aquisição de quatro novos servidores.
Sistemas desenvolvidos internamente	Sistema de Gestão de Materiais – SGM
	Sistema de Gestão de Veículos – FROTA
Implementação do Firewall	PGJM
	PJM-DF
atualização dos softwares	serviços de e-mail corporativo
	banco de dados
	Sistema Operacional dos servidores de rede
SEI no MPM	Instalação de mais 170 monitores, como segundo monitor, visando atender demanda surgida com a implantação do SEI no MPM
Certificados digitais	78 emitidos aos membros, diretores, coordenadores e assessores
Chamados técnicos	4.538 atendimentos para suporte, rede, manutenção e/ou desenvolvimento de sistemas e telefonia

MPM INVESTE NO DESENVOLVIMENTO INTERNO DE APlicativos TECNOLÓGICOS

Foram desenvolvidas e aprimoradas ao longo do ano passado três plataformas tecnológicas pelo Departamento de Tecnologia da Informação - DTI. Com o objetivo de dar mais celeridade e segurança ao processo de marcação e gerenciamento das férias, gerenciamento de veículos e requisição de material, foram criados, respectivamente, os aplicativos Férias, Frota e o SGM (Sistema de Gerenciamento de Materiais).



FÉRIAS Disponível no Portal do Servidor, na Intranet do MPM, o sistema, gerenciado pelo Departamento de Gestão de Pessoas, é usado para marcação de férias, alterações, suspensões e interrupções. Com o lançamento do aplicativo, as solicitações referentes a férias passaram a ser encaminhadas exclusivamente em meio eletrônico.



FROTA Sistema de Gestão de Veículos – Surgiu como atualização do sistema usado anteriormente e agregou novas funcionalidades como, por exemplo: solicitação eletrônica de veículos; atendimento de solicitações; cadastro e retorno de movimentações; controle de manutenções e abastecimento; relatórios demonstrativos de emprego de veículos e de reabastecimento; entre outras.



SGM Sistema de Gestão de Materiais – Também atualizou a versão anterior e trouxe novas opções de comando, tais como: controle integrado de pedido de compras; gestão de notas de empenho e notas fiscais; disponibilização de fotos dos produtos no momento da requisição; envio automático de e-mails aos fornecedores; controle de prazos de entrega; controle e recebimento dos materiais solicitados; controle de guias devolvidas pelos usuários; planejamento das compras; inventário detalhado e resumido do estoque do almoxarifado; acesso automático ao SIAFI.



SOCIEDADE

PRODUTIVIDADE DA ATUAÇÃO DO MPM

Na primeira instância do MPM promotores e procuradores de Justiça Militar realizaram mais de 4 mil audiências, com cerca de 1250 denúncias. Na instância superior totalizaram 3 mil manifestações entre pareceres, interposições de recurso e intimações.

ATIVIDADES JUDICIAIS E EXRAJUDICIAIS DOS MEMBROS DA PROCURADORIA DA JUSTIÇA MILITAR – 01/01/2016 A 31/12/2016

	DENÚN	ARQUIV	DILIG	INCID PROC	ALEG FINAL	AUDIÉN	RAZÕES	CONTRA RAZÕES	MANIFES EXEC	OUTRAS MANIFES	EXTRAJ MANIFES	EXTRAJ ARQUIV	TOTAIS
PJM/Bagé-RS	51	91	151	12	14	174	28	11	37	907	19	31	1526
PJM/Belém-PA	29	54	129	14	23	161	27	13	93	943	91	27	1604
PJM/Brasília-DF-1º Of.	71	140	324	19	36	260	15	27	273	1162	196	61	2584
PJM/Brasília-DF-2º Of.	83	100	219	15	43	235	36	24	135	1462	397	54	2803
PJM/Campo Grande-MS	85	65	204	11	46	320	23	40	110	1303	155	77	2439
PJM/Curitiba-PR	78	139	238	24	53	296	29	42	164	2097	324	97	3581
PJM/Fortaleza-CE	36	43	122	5	19	198	26	9	174	728	129	26	1515
PJM/Juiz de Fora-MG	31	66	121	11	27	126	24	5	43	656	111	59	1280
PJM/Manaus-AM	83	116	588	24	29	360	41	19	31	1500	317	100	3208
PJM/Porto Alegre-RS	41	57	282	7	16	222	6	16	327	845	379	105	2303
PJM/Recife-PE	60	77	139	9	65	235	31	35	161	1155	138	69	2174
PJM/Rio-1º Of.	83	148	352	30	24	146	26	6	50	1748	0	0	2613
PJM/Rio-2º Of.	106	150	689	15	46	364	38	30	239	2106	0	0	3783
PJM/Rio-3º Of.	115	144	196	13	46	285	43	14	132	1326	0	0	2314
PJM/Rio-4º Of.	105	173	400	39	36	219	87	11	98	1612	0	0	2780
PJM/Rio-5º Of.	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1579	291	1871
PJM/Rio-6º Of.	2	0	1	2	0	72	2	0	1	1	1073	249	1403
PJM/Salvador-BA	40	41	192	23	26	240	29	10	71	1082	62	26	1842
PJM/Santa Maria-RS	43	65	84	5	29	150	6	9	252	708	38	13	1402
PJM/SP-1º Of.	53	94	112	17	50	217	17	9	69	1041	194	49	1922
PJM/SP-2º Of.	55	100	63	9	30	160	26	32	50	901	100	42	1568
TOTAL GERAL	1250	1863	4606	304	658	4441	560	362	2510	23283	5302	1376	46515

DEMONSTRATIVO DE PRODUTIVIDADE DOS MEMBROS DE 2º GRAU						
ANO: 2016						
	DESPACHO FEITOS AUTUADOS		DESPACHO FEITO CCR/MPM	INTERPOSIÇÃO STM/STF	MANIF/INTIMAÇÕES FEITOS STM	TOTAL
PROCURADOR-GERAL	46		360	22	1202	1630
	PARECER FEITOS COM PRAZO		PARECER FEITOS SEM PRAZO	INTERPOSIÇÃO	INTIMAÇÃO	TOTAL
	FO	FE	HC	REC. STM/STF	FEITOS STM	CCR/MPM
SUBPROCURADOR-GERAL	346	34	155	406	100	78
	TOTAL GERAL					3004

CORREGEDORIA ACOMPANHA **ATUAÇÃO DAS PROCURADORIAS**

A Corregedoria realizou, no ano de 2016, cinco correições ordinárias, abrangendo as Procuradorias de Justiça Militar em Curitiba, Salvador, Manaus, Recife e Santa Maria. Uma correição extraordinária ocorreu ainda na PJM Rio de Janeiro. Os trabalhos correicionais foram coordenados pela corregedora-geral Herminia Celia Raymundo.

CORREIÇÕES	
Ordinárias	Extraordinárias
	Rio de Janeiro
Curitiba	
Salvador	
Manaus	
Recife	
Santa Maria	

Além da verificação da atuação judicial e extrajudicial, da regularidade do exercício funcional, da eficiência, da pontualidade e da assiduidade dos membros, nessas ocasiões, a Corregedoria verifica o cumprimento das Recomendações do MPM às Forças Armadas, em sintonia com as normas legais e as Resoluções do CSMPM e do CNMP.

Outra das atribuições do Órgão correicional, amplamente desenvolvida no ano, foi o acompanhamento das inspeções carcerárias realizadas pelos membros das Procuradorias de Justiça Militar. Essa atuação do MPM no controle externo da atividade policial é posteriormente validada pelo Sistema de Resoluções do Conselho Nacional do Ministério Público.

UNIDADES CARCERÁRIAS **INSPECIONADAS** EM 2016

PJM	BG*	PA	DF	MS	PR	CE	MG	AM	POA*	PE	RJ	BA	SM*	SP	Tot
Organizações com unidades prisionais	24	18	17	22	33	9	21	29	13	23	50	9	23	27	318
Inspeções Realizadas	46	24	43	27	53	10	48	32	26	32	125	20	38	28	552

* BG - Bagé/RS; POA - Porto Alegre/RS; e SM - Santa Maria/RS



Inspeção da Corregedoria Nacional do Ministério Público

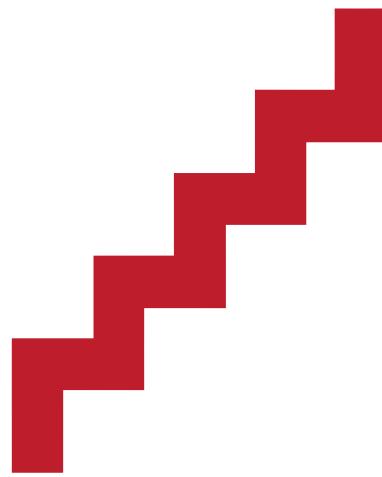
Na última semana de abril de 2016, a Procuradoria-Geral de Justiça Militar passou por inspeção da Corregedoria Nacional do Ministério Público. O procedimento foi realizado, no mesmo período, no Ministério Públco Federal (MPF). Durante os trabalhos, uma equipe formada por membros auxiliares, auditores e servidores do Conselho Nacional do Ministério Públco (CNMP) verificou o funcionamento dos serviços administrativos e funcionais do MPM.

Em pronunciamento realizado na abertura dos trabalhos, o procurador-geral Jaime de Cassio Miranda declarou que um olhar externo irá ajudar o MPM a identificar eventuais equívocos. “Os trabalhos farão com que o nosso serviço cresça ainda mais”. Na oportunidade, a procuradora-chefe da Procuradoria de Justiça Militar em Brasília-DF e ex-conselheira do CNMP, Maria Ester Tavares, disse que conhece o trabalho de orientação realizado pela Corregedoria Nacional do MP. “No dia a dia, podem ocorrer falhas que não percebemos. Por isso, dou as boas-vindas ao CNMP e à Corregedoria”.

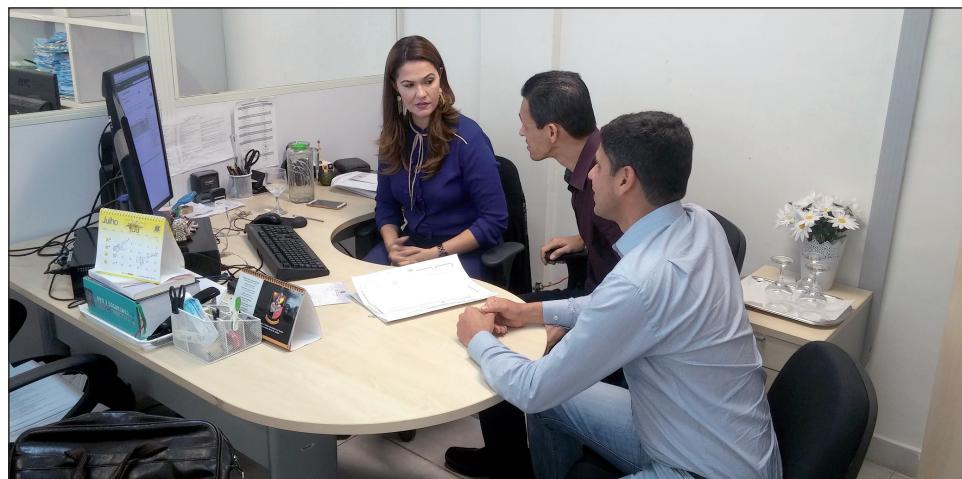
NÚMERO DE PROCESSOS JULGADOS PELA CCR **AUMENTA EM 35%**

Órgão de coordenação, integração e revisão institucional, a Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Militar registrou um aumento de aproximadamente 35% no número de processos julgados no ano de 2016 em relação a 2015.

As decisões da CCR/MPM sobre homologação de arquivamento de procedimentos extrajudiciais (exceto inquéritos e processos oriundos do STM) são terminativas, o que gera mais celeridade ao trâmite de processos no 2º grau.



PROCESSOS RECEBIDOS/JULGADOS	2014	2015	2016
Processos recebidos no ano anterior e julgados no ano	122	209	207
Processos recebido no ano	1191	1185	1518
Processos remanescentes para o ano seguinte	209	211	129
Total de processos julgados	1104	1183	1596
Número de sessões realizadas	29	34	33
Atas Publicadas no Diário Oficial	25	29	32
Atas remanescentes para o ano seguinte	4	5	1



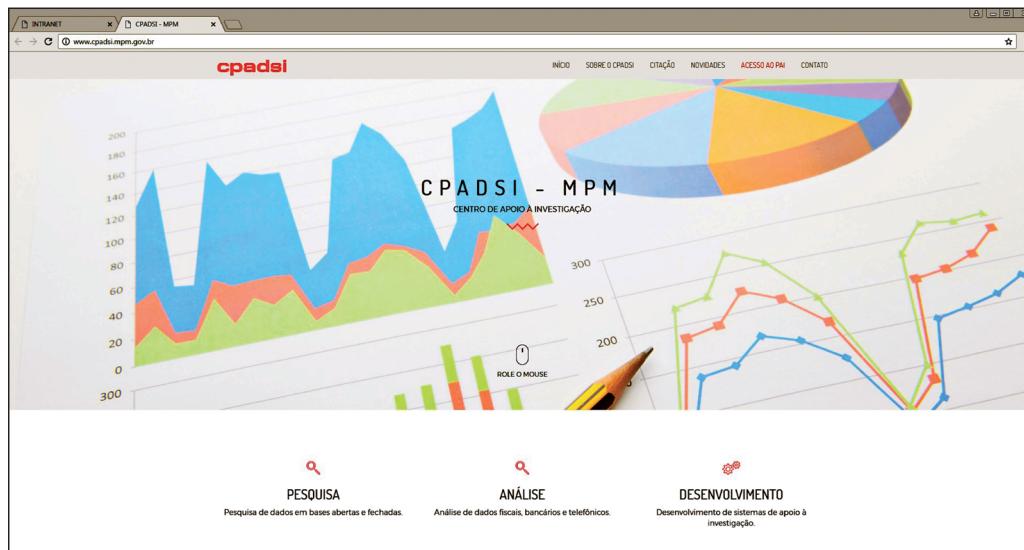
FERRAMENTA CONTROLA O TRÂMITE DE PROCESSOS JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS

O Ministério Público Militar firmou Termo de Cooperação Técnica com o Ministério Público do Estado da Paraíba visando à cessão de licença do sistema MP-Virtual. Servidores do MPM estiveram no MPPB para conhecer o funcionamento do sistema. O projeto encontra-se em fase de estudo de viabilidade para utilização do MPM.

O MP-Virtual, desenvolvido pelo MPPB, é uma ferramenta que controla e faz o trâmite dos processos judiciais e extrajudiciais, facilitando a realização da atividade-fim. O sistema permite importar dados processuais do Tribunal de Justiça, como a classe, o assunto, as partes, a Vara de origem, a partir do número do processo, o que facilitou o cadastramento. Além disso, permite o controle e o *backup* das peças processuais.



CPADSI AMPLIA CAPACIDADE DE INVESTIGAÇÃO



Em consonância com os objetivos estratégicos estabelecidos no Plano Estratégico do MPM 2016 – 2020, notadamente com o objetivo 8, intitulado “Ampliar a capacidade institucional em inteligência e investigação”, o Centro de Apoio à Investigação (CPADSI) buscou conferir mais apoio às ações de investigação levadas a efeito no âmbito do Órgão.

Com essa finalidade, foi criado o Núcleo de Combate à Corrupção (NCC) na estrutura do CPADSI. O NCC tem a finalidade de atuar, de forma integrada com os demais membros do MPM, em processos ou investigações que envolvam atos de corrupção no âmbito das organizações militares.

Segundo o promotor de Justiça Militar Luiz Felipe Carvalho Silva, coordenador do CPADSI, “a ideia é que se tenha uma atuação conjunta do Núcleo com o membro solicitante, prestando o apoio na análise de diligências, peças específicas dos autos, quebras de sigilo bancário, fiscal e telefônico,

além de análise documental que seja relevante e pertinente ao caso. Adoção de medidas urgentes, como a eventual elaboração de minutas e ofícios, e apoio na adoção de medidas extrajudiciais”.

Em relação à obtenção de novos bancos de dados, os quais potencializam o cruzamento de informações, destacam-se o acordo

de cooperação com a Receita Federal para aquisição periódica da base de dados do CPF/CNPJ e o acordo em curso com o Tribunal Superior Eleitoral visando à obtenção da base da Justiça Eleitoral.

Ainda no segmento da tecnologia da informação, vale destacar a celebração do termo aditivo ao acordo de cooperação técnica entre o MPM e o MPF para aquisição do projeto SITTEL - Sistema de Investigação Telefônica e Telemática, a ser implementado em 2017. O SITTEL aperfeiçoará os procedimentos de coleta de informações de registros telefônicos e telemáticos, contribuindo para mais eficiência e celeridade nas análises de dados obtidos por afastamento de sigilo telefônico.

Importa assinalar as ações no aprimoramento do Sistema ARGUS - Sistema de Investigação de Movimentação Bancária, para fazer frente ao volume cada vez maior de dados bancários, bem como a aquisição de mais licenças do software de análise I2, que potencializará a análise de vínculos entre investigados.

Em formato piloto, foi iniciado o projeto de descentralização das atividades de apoio à investigação. Um servidor da PJM Recife foi treinado pelo CPADSI e já realiza a análise de dados bancários com a utilização do Sistema ARGUS naquela Procuradoria. Para 2017, o projeto será estendido; o objetivo é dispor de servidores capacitados em todas as Procuradorias de Justiça Militar para auxiliar nos Pedidos de Apoio à Investigação (PAI).



BASES DE DADOS INCORPORADAS AO CPADSI EM 2016:

CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados);

CEAF (Cadastro de Expulsões da Administração Federal);

CEIS (Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas);

CEPIM (Cadastro de Entidades Privadas Sem Fins Lucrativos Impedidas);

CNCIAI (Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa);

CNE (Cadastro Nacional de Empresas);

RAIS (Relação Anual de Informações Sociais).

Em 2016 foram emitidos:

- **39** Relatórios de Análise;
- **22** Informações;
- **348** Relatórios de Pesquisa.

CONGRESSOS, SEMINÁRIOS, PALESTRAS: MPM PROMOVENDO O CONHECIMENTO

Procuradores e Promotores do MPM contribuíram para a disseminação do conhecimento sobre Justiça Militar e Direito Penal Militar em vários setores da sociedade. Foram palestras, cursos, seminários e congressos ministrados ou promovidos pelos integrantes das Procuradorias de Justiça Militar espalhadas pelo país.

No mês de abril, a promotora de Justiça Militar Najla Nassif Palma falou sobre os abusos e as explorações sexuais cometidas por integrantes de missões de paz, em artigo intitulado “Tolerância zero contra abusos e exploração sexuais em missões de paz”. O escrito foi publicado no perfil do **Medium** da Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU), e abordou as iniciativas para que os Estados-Membros atuem na repressão a esses crimes.

“O problema é que os Estados não têm tomado medidas efetivas no combate à impunidade, tampouco têm divulgado o resultado dos processos após o repatriamento dos seus militares”, aponta a promotora de Justiça Militar Najla Nassif Palma.



Tolerância zero contra abusos e exploração sexuais em missões de paz

Por Najla Nassif Palma, Promotora de Justiça Militar



O promotor de Justiça Militar Cícero Robson Coimbra Neves foi um dos palestrantes no **I Congresso de Segurança Pública e Direito do Piauí**, focado no exercício da atividade policial nos aspectos jurídicos e técnicos. A palestra, ocorrida em maio, teve como tema: “As inovações Jurídicas e o Reflexo na Atividade policial”.

A Procuradoria de Justiça Militar em Fortaleza-CE realizou, em junho, o **I Curso de Polícia Judiciária Militar**. O curso abordou temas como: Direito Penal Militar, Teoria Geral da Prova, Inquérito Policial Militar, Auto de Prisão em Flagrante, Instrução Provisória de Deserção e Instrução Provisória de Insubmissão. O coordenador pedagógico do evento foi o promotor Cícero Robson Coimbra Neves, e o procurador Antônio Cerqueira foi um dos instrutores.

Já a **Semana de Estudos da PJM/MS**, que aconteceu em outubro, foi promovida pela Procuradoria de Justiça Militar em Campo Grande, sob a coordenação do procurador de Justiça Militar Alexandre José de Barros Leal Saraiva. Entre os temas discutidos no evento: a síndrome de Burnout como consequência do assédio moral; o licenciamento dos desertores durante o processo

penal militar; a fiscalização de produtos controlados; a audiência de custódia; a drogadição; a polícia judiciária militar; a prisão civil de devedor de alimentos e os direitos fundamentais.

Os membros da Procuradoria de Justiça Militar no Rio de Janeiro ministraram palestras no 1º Seminário Jurídico da Esquadra, durante o mês de novembro. O procurador de Justiça Militar Luciano Moreira Gorrilhas abordou o tema “Crime de tráfico, porte e uso de entorpecente”. Já a procuradora Maria de Lourdes Souza Gouveia Sanson, falou sobre “Operação de Garantia da Lei e da Ordem”.

PORTRARIA CRIA OUVIDORIA DO MPM

A Ouvidoria do Ministério Público Militar foi criada pela portaria 159/PGJM, de 3 de novembro de 2016. Em fase de implementação, a Ouvidoria funcionará como um canal direto e desburocratizado dos cidadãos, servidores e membros com o MPM, com o objetivo de manter e aprimorar um padrão de excelência nos serviços e atividades públicos prestados pela Instituição.

A Ouvidoria, assim como o Serviço de Atendimento ao Cidadão - SAC/MPM, é um meio de interlocução entre a sociedade e a Instituição. O objetivo é tornar cada vez mais fácil o acesso e o contato com o MPM, com vistas à melhoria dos serviços que a Instituição presta à sociedade e com o fortalecimento da cidadania. Ressalte-se que a satisfação da sociedade deve ser, sempre, o principal objetivo dos serviços públicos.

Qualquer cidadão, inclusive membros e servidores da Instituição, pode entrar em contato com o Serviço de Atendimento ao Cidadão do MPM, apresentando relato de forma clara e objetiva, fornecendo os dados necessários ao encaminhamento da manifestação que, imediatamente, será respondida.



QUADRO DOS ATENDIMENTOS REALIZADOS PELO SAC/MPM EM 2016

	Denúncia	Reclamação	Informação	Elogio/Agradecimentos	Solicitação/outros	TOTAL
Janeiro	18	12	34	4	24	92
Fevereiro	16	6	23	-	21	66
Março	25	10	18	4	35	92
Abril	24	18	24	3	14	83
Maio	28	9	26	6	7	76
Junho	23	11	13	2	15	64
Julho	27	10	19	5	1	62
Agosto	38	8	18	1	2	67
Setembro	32	13	27	1	3	76
Outubro	15	9	12	2	3	41
Novembro	48	11	31	5	12	107
Dezembro	43	17	16	3	8	87
TOTAL	337	134	261	36	145	913

MPM PARTICIPA DE REUNIÃO INTERAGÊNCIAS DAS OLIMPÍADAS 2016

O Ministério Público Militar participou das Reuniões Interagências das Olimpíadas 2016, que tiveram a finalidade de integrar Forças Armadas com os Órgãos de Segurança Pública e outras agências governamentais. O objetivo era conciliar interesses e coordenar esforços, para à consecução de objetivos e propósitos convergentes, e evitar a duplicidade de ações, a dispersão de recursos, a divergência de soluções, com menores custos.





O Órgão ainda discutiu questões relacionadas à atuação das Forças Armadas. Foram apresentadas a preparação e a adoção das medidas de segurança que compuseram o Plano de Sensibilização e Dissuasão para o Enfrentamento do Terrorismo, que orientou as inúmeras ações de caráter eminentemente preventivo e garantiu o ambiente pacífico durante os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016.

Ainda foram realizadas inspeções nos Comandos de Defesa Setorial que atuaram nos Jogos Olímpicos Rio 2016. Nas inspeções foram avaliados o funcionamento e as instalações das Delegacias de Polícia Judiciária Militar, as condições de alojamento das tropas, a comida oferecida aos militares, os equipamentos de segurança disponibilizados para atuação das tropas.

Assessoria Especial para Grandes Eventos – A Assessoria Especial para Grandes Eventos facilitou a coordenação das ações do Ministério da Defesa com os demais Órgãos participantes dos Grandes Eventos, bem como a orientação e a integração das ações de defesa e de segurança pública. O MPM integrou a Assessoria, por meio da procuradora Maria de Lourdes Sanson, que coordenou as ações do MPM perante o Ministério da Defesa, e dos promotores Jorge Augusto Lima Melgaço, Irabeni Nunes de Oliveira e Max Brito Repsold, todos lotados nas Procuradorias de Justiça Militar do Rio de Janeiro.



EXPOSIÇÕES 2016

INAUGURADO O CENTRO DE MEMÓRIA DO MPM

O Centro de Memória do Ministério Público Militar (CMMMP) foi inaugurado em março de 2016, com o objetivo de preservar a memória institucional do Órgão, por meio de exposições e publicações que contêm a história do MPM.

O acervo do CMMMP é composto por itens permanentes e temporários. Também é disponibilizado no espaço um totem de autoatendimento multimídia que permite o acesso às informações publicadas no *site* do Centro de Memória do MPM.

“O Centro de Memória surge para suprir a necessidade de se resgatar o passado para se estruturar o caminho que a instituição deve trilhar”.

*Antônio Pereira Duarte,
conselheiro do CNMP e
procurador de Justiça Militar*

1º Concurso Público para Promotor de Justiça Militar: um marco histórico e institucional

Detalhou como foi o primeiro concurso para a carreira do MPM, realizado entre 1956 e 1959.

1º CONCURSO PÚBLICO
PARA PROMOTOR DE JUSTIÇA MILITAR
UM MARCO HISTÓRICO E INSTITUCIONAL

ORIGENS DO MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR

O Ministério Público Militar funciona como ramo organizado do Ministério Público da União desde 1929, quando se editou o novo Código de Organização Judiciária e de Processo Militar. Nessa época os membros eram nomeados e demissionais pelo presidente da República e a carreira não se organizava a partir de um concurso público.

O primeiro concurso de ingresso na carreira do Ministério Público Militar foi convocado em 14 de agosto de 1956, pelo Decreto nº 39.787, assinado pelo presidente Juscelino Kubitschek no início de seu governo.

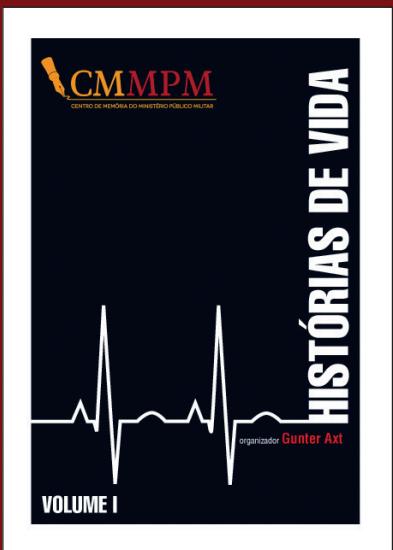
O edital foi assinado no dia 8 de setembro e publicado no Diário da Justiça no dia seguinte. O prazo estipulado para as inscrições era de 60 dias.



Intercâmbio jurídico-institucional entre o Ministério Público Militar e a República de Angola 1997-2016

A exposição apresenta um conjunto de fatos, imagens, relatos e documentos alusivos à parceria firmada entre o Ministério Público Militar e o Ministério Público de Angola com atuação na Justiça Militar, finalizando com a reunião da comissão para elaboração do anteprojeto do Código Penal Militar de Angola.

PUBLICAÇÕES

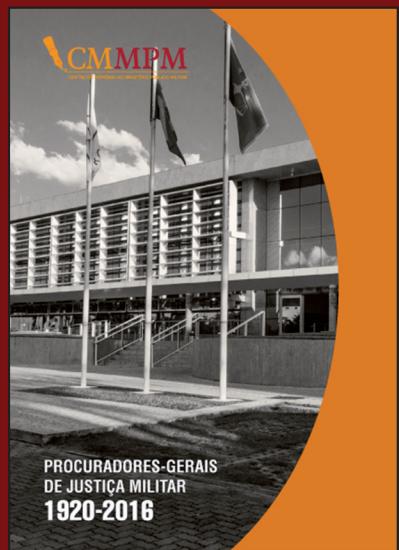


HISTÓRIAS DE VIDA

Coletânea com entrevistas de 18 membros inativos do MPM, contando a história da Instituição por meio do testemunho e da vivência de alguns de seus membros.

O livro está disponível para acesso e leitura no link do Centro de Memória do MPM na Internet do MPM.

(http://www.mpm.mp.br/portal/wp-content/uploads/2016/04/historias-de-vida_mpm_v.1.pdf).



PROCURADORES-GERAIS DE JUSTIÇA MILITAR 1920-2016

Edição revisada e atualizada do livro Síntese Biográfica dos Procuradores-Gerais da Justiça Militar, lançado em 1995. Nessa nova versão, constam as biografias de todos os procuradores-gerais de Justiça Militar, desde 1920.



INTERCÂMBIO JURÍDICO-INSTITUCIONAL ENTRE O MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR E REPÚBLICA DE ANGOLA 1997-2016

Foi registrada em livro a exposição que detalha o intercâmbio entre as duas nações na área do Direito Penal Militar.



REVISTA DO MPM

A 26^a edição da Revista do Ministério Público Militar foi lançada no dia 9 de novembro de 2016, durante a solenidade de entrega de comendas da Ordem do Mérito MPM.

A Revista do MPM tem por objetivos a publicação de artigos científicos inéditos atinentes à área do Direito Militar, do Direito Público e do Direito Internacional, de autoria da comunidade jurídica nacional e internacional, a fim de promover a atualização profissional do público interno e externo e contribuir para o desenvolvimento da ciência jurídica e do saber.

Esta 26^a edição apresenta 14 artigos que abordam temas diversos como: ações preventivas ao uso de substâncias entorpecentes por jovens militares; um novo modelo constitucional que estuda o papel do Poder Judiciário na implementação de políticas públicas; os princípios constitucionais que amparam a figura do preso; e a aprovação de projeto de lei que internaliza os crimes internacionais previstos no Estatuto de Roma.

O Conselho Editorial do MPM é atualmente composto pelo procurador Clementino Augusto Ruffeil Rodrigues, coordenador, e pelos promotores Selma Pereira de Santana e Jorge Augusto Caetano de Farias.

The image shows the cover of the 26th issue of the Revista do Ministério Público Militar. The cover is dark brown with gold lettering. At the top, it says "REVISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR" and "EDIÇÃO NÚMERO 26". Below that is a painting of a naval battle scene with several ships on the water. The title and edition number are repeated in a smaller box above the painting. To the right of the painting, there is a list of 14 articles with their titles.

REVISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR
EDIÇÃO NÚMERO 26

Artigos:

- Greve de militares: aspectos constitucionais, legais e jurisprudenciais
- O Neoconstitucionalismo e a força normativa da Constituição para a implementação de políticas públicas pelo Poder Judiciário brasileiro
- A condenação criminal na primeira instância da Justiça Militar e seus efeitos políticos
- A institucionalização da Polícia Judiciária Militar: uma necessidade premente
- A correição do juiz-auditor corregedor nos autos de inquérito policial militar em desacordo com o sistema processual penal adotado no Brasil
- Crimes de guerra e Justiça Militar: considerações sobre a repressão nacional das violações graves do Direito Internacional Humanitário pela jurisdição castrense
- A (im)possibilidade de se punir os crimes da ditadura militar
- Uma visão militar sobre o combate às drogas: esforço conjunto na preservação de valores
- A (in)constitucionalidade da submissão de civis à jurisdição penal militar da União
- Um enigma da esfinge no Direito Processual Penal castrense: a (in) correção da decisão que suspende o curso do processo de deserção diante da prática de nova deserção e a prescrição

Logos:

Ministério Público Militar
1920

VALORIZAÇÃO

PRINCIPAIS AÇÕES DE CAPACITAÇÃO DESENVOLVIDAS EM 2016

SEI: Tendo em vista a implementação do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) no âmbito do MPM, em agosto de 2016, o Departamento de Gestão de Pessoas promoveu cursos com o objetivo de capacitar os servidores nas principais funcionalidades do sistema. Servidores da PGJM atuaram como instrutores internos em Brasília e nas PJM. Foram abertas 25 turmas e 334 pessoas foram capacitadas.

EVENTOS NO EXTERIOR: Em 2016, o MPM custeou a participação de doze membros em eventos realizados no exterior. Além da capacitação, essas iniciativas proporcionaram a troca de informações e de experiências, bem como a formação de uma rede interligando pessoas com interesses relacionados à Justiça Militar, ao Direito Penal Militar, ao Direito Internacional dos Conflitos Armados, entre outras áreas. Os principais eventos ocorridos no ano foram: missões à Antártica; Curso de Direito Humanitário, em Sanremo/Itália; Encontro do International Association of Prosecutors, em Dublin/Irlanda; Missão das Nações Unidas para estabilização do Haiti.

DESENVOLVIMENTO GERENCIAL: Em atendimento à demanda do Planejamento Estratégico do MPM e ao Programa de Desenvolvimento Gerencial, e com o objetivo de fortalecer a cultura

gerencial focada em resultados, foram promovidos os seguintes cursos: “Competências Gerenciais, módulos I e II”; “Comunicação Não-Violenta”; “Gestão de Riscos no Serviço Público”; e “Gestão Estratégica”. Aproximadamente 150 pessoas participaram dessas ações de treinamento.

Também em 2016, foi contratada a empresa Elogroup para ministrar curso de Capacitação em Gestão Estratégica, cujo objetivo foi a difusão e o alinhamento de conceitos, capacitação e sensibilização de gestores para os elementos da gestão estratégica, bem como a revisão dos pressupostos e principais elementos do plano, desdobramento da estratégia para projetos e processos e delineamento dos ritos de monitoramento da estratégia.

TOP 10: Em 2016, o MPM custeou a participação de 34 servidores no Ciclo de Palestras TOP 10 Empresarial. Nesses encontros, foram abordados assuntos nas áreas de gestão, comunicação, motivação, liderança, inovação, carreira, entre outros.

PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL: Com o objetivo de incentivar a participação de membros em eventos relacionados à atividade-fim, o programa custeou, em 2016, a participação de 38 membros em cursos, congressos, seminários, encontros e palestras no Brasil.

GESTÃO POR COMPETÊNCIAS: A implantação do modelo da Gestão por Competências, cujas atividades de capacitação foram iniciadas nos anos anteriores, foi incrementada com a entrada em execução do Plano Estratégico do Ministério Público Militar 2016-2020. A primeira fase do projeto foi iniciada em 2016, com o levantamento da legislação sobre o tema disponível na administração pública e a revisão de algumas etapas e itens do projeto.

AÇÕES DE CAPACITAÇÃO 2016	
Ações de treinamento	200
Participações em treinamento	1100
Pessoas treinadas	483
Pessoas treinadas em gestão	118
Força de trabalho treinada	93%
Membros participantes no PCP	38
Média de horas de treinamento por participante	33
Valor médio investido por participantes	R\$ 435,00
Investimento total em capacitação	R\$ 210.582,46

MPM E ESMPU – PARCERIA PARA FORMAÇÃO DO QUADRO

Com o apoio do MPM, a Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU) promoveu atividades pedagógicas com a finalidade de capacitação de promotores, procuradores e subprocuradores-gerais de Justiça Militar.

Ainda pela ESMPU, foram realizados cursos nos quais os membros do MPM puderam compartilhar seus conhecimentos e experiências com colegas de outros ramos do MPU.

* O curso “Atuação do Ministério Público na Inspeção de Unidades Prisionais Militares”, direcionado aos membros do MPM e do MPDFT, foi organizado pela Escola Superior do Ministério Público da União, entre os dias 23 a 25 de fevereiro de 2016. O promotor de Justiça Militar Nelson Lacava Filho foi o orientador-pedagógico do curso.

* “Questões controvertidas de direito militar: crítica e prática”, o curso de aperfeiçoamento direcionado aos membros e servidores do MPM, MPF e MPDFT ocorreu entre os dias 16 e 18 de março de 2016, na Procuradoria-Geral de Justiça Militar, em Brasília - DF. Veja a avaliação do orientador-pedagógico do curso, Adriano Alves Marreiros: “Não é uma atividade somente acadêmica, é voltada à discussão de questões controvertidas que surgem na prática do Direito Militar. É um curso estruturado em estudos de caso de situações reais ou fictícias. O objetivo final é que cada participante tenha argumentos para formar a própria opinião sobre cada assunto polêmico do Direito Militar”.



* O curso de aperfeiçoamento “Armas de fogo portáteis: teoria e prática voltadas para o processo penal”, destinado a membros do MPM, MPF e MPDFT, aconteceu entre os dias 17 a 19 de outubro de 2016. As aulas foram ministradas na Procuradoria-Geral de Justiça Militar, em Brasília-DF, pelo promotor Adriano Alves Marreiros; pelo instrutor de tiro Álvaro Ferreira dos Santos Neto; pelo médico legista Malthus Fonseca Galvão; e pelo perito da Polícia Federal do Setor Técnico e Científico Marcelo Jost.



* Na segunda edição da oficina “**Fiscalização de Produtos Controlados**”, que aconteceu no dia 30 de novembro de 2016, na Procuradoria-Geral de Justiça Militar em Brasília, os membros do Ministério Público Militar discutiram sobre a fiscalização de produtos controlados, com enfoque na competência do Exército Brasileiro sobre o controle de armas de fogo; e sobre a proposta de alteração do Regulamento de Fiscalização de Produtos Controlados. O orientador-pedagógico da oficina foi o promotor de Justiça Militar Claudio Martins.

* O curso presencial “**Controle interno e externo na Administração Militar Federal**”, voltado aos membros do MPM e MPF e servidores do MPM, aconteceu de 8 a 10 de novembro de 2016, na Procuradoria-Geral de Justiça Militar, em Brasília. A atividade teve como orientador-pedagógico o promotor de Justiça Militar Jorge Augusto Caetano de Farias.



O BEM-ESTAR DOS QUE TRABALHAM NO MPM

O Departamento de Atenção à Saúde (DAS) da PGJM tem por missão a excelência da saúde daqueles que trabalham no Ministério Público Militar. Com esse foco, todos os anos o DAS desenvolve ações que contribuem para o bem-estar não apenas daqueles que aqui trabalham, como também de seus familiares. No ano de 2016 foram diversas as ações, entre as quais:

AÇÕES CONTÍNUAS

- Programa **OPÇÃO SAÚDE** - É um programa da Enfermagem em parceria com o Psicossocial que atua na prevenção e no acompanhamento de Síndromes Metabólicas e na prevenção e no gerenciamento do Estresse no Trabalho.
- **PROERGO – PROGRAMA DE ERGONOMIA** - O programa realiza o mapeamento de riscos ergonômicos em cada setor, identificando fatores que poderiam afetar a saúde do servidor e atuando preventivamente ao propor soluções. As alternativas encontradas são discutidas com os setores de Engenharia e Manutenção para análise das ações a serem adotadas a fim de sanar a dificuldade. As visitas aos setores são realizadas pela equipe de Enfermagem do DAS de acordo com um cronograma anual estabelecido pelo próprio departamento.
- Campanha de **VACINAÇÃO CONTRA GRIPE** - O Departamento de Atenção à Saúde promoveu a campanha de vacinação contra a Influenza (gripe). A vacina é destinada aos membros e aos servidores do MPM. A aquisição das doses de vacina é aprovada pelo procurador-geral da República e depende de disponibilidade orçamentária.



- Campanha **PGJM E PJM/DF LIVRE DA FUMAÇA DO TABACO** - Campanha destinada a eliminar a fumaça do tabaco nas áreas comuns da PGJM e da PJM /DF, que não eram adequadas à prática do fumo. A campanha promoveu a adequação

da sede do MPM e da PJM/DF para o cumprimento da Lei Antifumo (Lei 9.294, de 15/07/1996), com a criação de espaço específico aos fumantes.

- **SEU SORRISO NA LINHA** - Campanha permanente para incentivar a utilização adequada e diária do fio dental, disponibilizada nos banheiros da PGJM e PJM/DF. A iniciativa tem como objetivo o combate a doenças periodontais (como a gengivite) e o controle da incidência de cáries.



- **SORRISO TEEN** - Busca manter a integridade da saúde bucal dos filhos adolescentes, de 11 a 17 anos, dos servidores e membros por meio de ações educativas, preventivas e curativas. Realiza o encaminhamento para especialistas de outras áreas, como Ortodontia e Cirurgia bucomaxilofacial, quando necessário.
- Programa **ORTODONTIA E SAÚDE BUCAL** - Tem por objetivo manter a saúde dos dentes e gengivas dos pacientes que utilizam aparelho ortodôntico. Os servidores participantes deste programa recebem acompanhamento periódico e constante, pelo tempo que durar o tratamento de Ortodontia.

- Programa de **EXAME PERIÓDICO EM SAÚDE (EPS)** - O programa é destinado à avaliação periódica do estado de saúde de membros e servidores do MPM. Realizado há 4 anos, possui abrangência nacional. A data de convocação e o prazo para a conclusão das avaliações obedecem a cronograma baseado na data de aniversário e na lotação do participante. A realização de consultas e exames médicos é custeada pela Administração. Em 2016, a adesão foi ampliada atingindo a marca de 42% dos convocados.

LANÇAMENTO

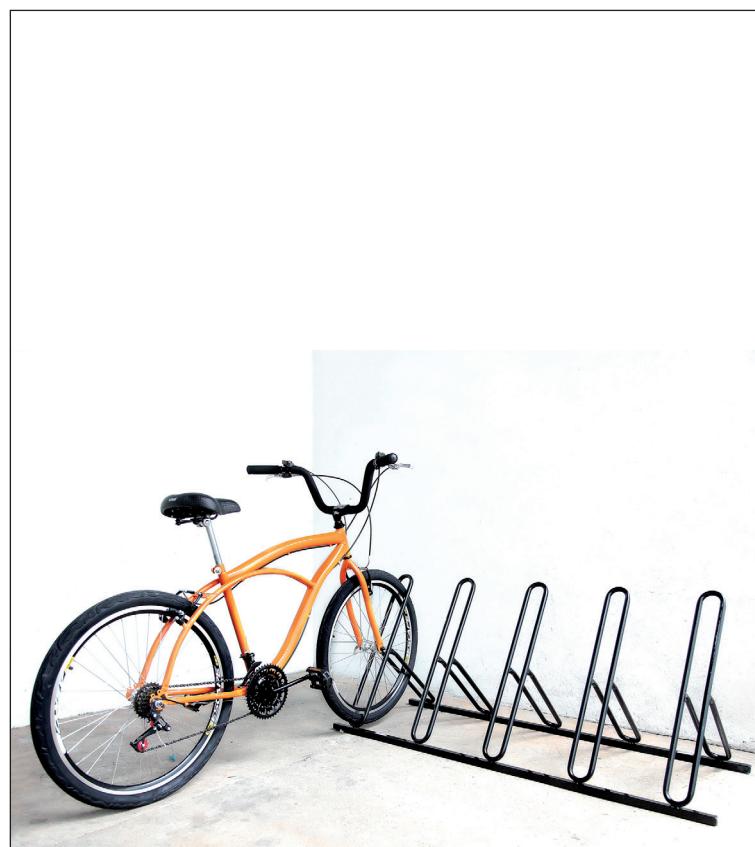


MENTE ABERTA

entendendo nossas emoções

Programa **MENTE ABERTA** - É uma ação voltada à saúde mental e emocional dos membros, servidores e familiares para prevenir os danos causados por estresse, ansiedade e insatisfação. Visa mapear, prevenir e gerenciar os riscos de sofrimento no trabalho por meio da identificação e acompanhamento de problemas relacionados à saúde mental no âmbito do MPM. O programa oferece dicas e informações para reconhecer situações que poderão colocar a saúde mental e emocional do servidor em risco, bem como possibilidade de acompanhamento com a equipe do DAS e orientação dos tratamentos junto na rede credenciada do Plan-Assiste.

OUTRAS AÇÕES PROMOVIDAS PELO MPM



BICICLETÁRIO - Pensando ainda no bem-estar de todos, a PGJM disponibilizou espaço na garagem para instalação de bicicletário. Alguns servidores já utilizam as bicicletas como meio de transporte até a PGJM. Os benefícios são vários e para todos: mais saúde, mais qualidade de vida, mais rapidez no deslocamento, mais economia, menos poluição.

PROGRAMA BEM-VIVER - Programa voltado à promoção de ações sociais, deu continuidade às suas iniciativas promovendo as campanhas do agasalho e de arrecadação de presentes no Dia

das Crianças. Em 2016, tanto a Campanha do Agasalho como a do Dia das Crianças foram destinadas à Casa da Criança Batuíra, unidade de acolhimento que executa serviço de proteção social de alta complexidade nas modalidades abrigo institucional e casa lar. Nas três unidades da Casa, na Ceilândia e em Taguatinga, são atendidas cerca de 50 crianças. A Campanha do Agasalho também teve como entidade beneficiada o Abrigo do Idoso, em Brazlândia.



CAMPANHA DO Agasalho

INSTITUIÇÕES ATENDIDAS:
ABRIGO DO IDOSO E CASA DA CRIANÇA BATUÍRA

FAÇA SUA DOAÇÃO ATÉ O DIA **20 DE JUNHO**

COLABORE COM **PRODUTOS DE LIMPEZA** (ÁGUA SANITÁRIA, DESINFETANTE, SABÃO EM PÓ, DETERGENTE), **PRODUTOS DE HIGIENE PESSOAL** (FRALDAS PARA CRIANÇAS E ADULTOS, SHAMPOO, SABONETE, CREME DENTAL, ESCOVA DE DENTE, DESODORANTE, ABSORVENTE, APARELHO DE BARBA, ESPARADRAPO), **ROUPAS ÍNTIMAS, ROUPA DE CAMA DE SOLTEIRO** (LENÇÓIS, FRONHAS, COBERTORES).

LOCAL DE ENTREGA:
ANA PATRÍCIA (PLAN-ASSISTE): 7644
DEBORAH (DGP): 7588



ABRIGO DO IDOSO

[home](#) [contato](#)

O Abrigo
Estratégia de Trabalho
Galeria de Fotos
Direitos do Idoso
Prioridade
Doações
Mantenedores
Contato



"Todos desejam chegar à velhice; e quando chegam a ela, acusam-na".



Quem Somos | Localização | Galeria de Fotos | Doações | Contato

Desenvolvido em Parceria de Doação pela Kammel Tecnologia da Informação

NOVO REGULAMENTO DO PLAN-ASSISTE

APRIMORA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS



► ENCONTRE AQUI

Médicos, hospitais, laboratórios, dentistas e outros

Selecionar o Ramo do MPU

MPDFT 

MPF

MPM

MPT

Em 16 de dezembro de 2016, o Plan-Assiste, Programa de Saúde e Assistência Social do Ministério Público da União, aprovou seu novo Regulamento. Esse novo regramento apresenta algumas alterações que buscam aprimorar a prestação dos serviços oferecidos, entre os quais: aumento do prazo para solicitação de reembolso (de 60 para 90 dias) e a liberação do tratamento em fonoaudiologia sem necessidade de perícia prévia.

Ainda em 2016, o Plan-Assiste/MPM finalizou a implantação do sistema Benner, o software de gerenciamento do Plano. A ferramenta já era utilizada pelo Plan-Assiste/MPM para o cadastro e confecção das carteiras de identificação e para o credenciamento. Agora, o sistema passou a ser utilizado também para a emissão de guias e pagamento dos serviços prestados pelos credenciados.

ANO DE DESPEDIDAS E PROMOÇÕES

Para o Ministério Público Militar, o ano de 2016 foi marcado pela aposentadoria de três de seus membros. A procuradora Ione de Souza Cruz, o promotor Jorge César de Assis e o subprocurador Péricles Aurélio Lima de Queiroz aposentaram-se; este último para assumir a vaga de ministro no Superior Tribunal Militar. Todos com relevante e extensa atuação em defesa da Justiça Militar.

Para a vaga aberta no cargo de subprocurador-geral de Justiça Militar, foi promovido Clauro Roberto de Bortolli. Já as vagas de procurador de Justiça Militar, surgidas com a aposentadoria de Ione Cruz e com a promoção de Clauro Bortolli, foram preenchidas com as promoções de Jaime de Cassio Miranda e Sérgio de Saldanha da Gama Júnior, respectivamente.

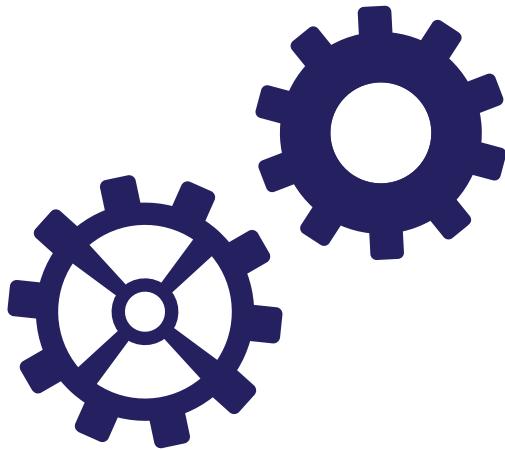


MOVIMENTAÇÃO NO QUADRO DE MEMBROS DO MPM

Ione de Souza Cruz	Aposentadoria voluntária
Jorge Cesar de Assis	Aposentadoria voluntária
Péricles Aurélio Lima de Queiroz	Aposentadoria voluntária
Clauro Roberto de Bortolli	Promovido a subprocurador-geral de Justiça Militar
Jaime de Cassio Miranda	Promovido a procurador de Justiça Militar
Sérgio de Saldanha da Gama Júnior	Promovido a procurador de Justiça Militar

Posse no STM - O subprocurador-geral de Justiça Militar Péricles Aurélio Lima de Queiroz foi empossado ministro do Superior Tribunal Militar no início de junho de 2016. Ele assumiu a vaga destinada a membros do Ministério Público Militar na Corte, antes ocupada pelo ministro Olympio Pereira da Silva Junior, que se aposentou em julho de 2015.

RELAÇÕES INSTITUCIONAIS



MPM ARTICULA PARA APROVAÇÃO DE PROJETO DE LEI QUE REDEFINE FORO MILITAR

Ao longo de 2016, a Assessoria de Relações Institucionais (ARI) atuou na articulação junto ao Congresso Nacional para a aprovação do PL 2014/2003, que tem por objetivo alterar os Decretos-Leis nº 1.001 e 1.002, de 21 de outubro de 1969, para redefinir a competência do foro militar. A proposição tramita atualmente na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania - CCJC da Câmara dos Deputados.

Tendo em vista o interesse de diversos Órgãos (MPM, STM, Forças Armadas, representante das polícias militares dos estados e representantes dos Tribunais de Justiça Militar dos estados, entre outros) na aprovação do projeto, o relator da matéria na CCJC, Deputado Ronaldo Fonseca (PROS-DF), sugeriu que fossem realizadas reuniões entre os interessados para a elaboração de um texto substitutivo ao projeto original. Em junho/2016, o subprocurador-geral de Justiça Militar Marcelo Weitzel Rabello de Souza participou de audiência pública, realizada pela CCJC, destinada à discussão do projeto.

Ao final do primeiro semestre de 2016, foi concluída a elaboração do novo texto. Entretanto, até o momento esse substitutivo não foi apresentado formalmente pelo relator.

Vale destacar que o PL 2014/2003, em razão de seu escopo, está ligado diretamente ao objetivo 9 do Plano Estratégico do MPM 2016-2020, que trata da ampliação das atribuições constitucionais e legais.

MPM SEDIA

EVENTOS NACIONAIS

A Procuradoria-Geral de Justiça Militar foi palco de seminários relevantes no cenário nacional. Os eventos foram promovidos por outros Órgãos como o Conselho Nacional do Ministério Público, o Ministério Público Federal e a Escola Superior do Ministério Público da União, com o apoio do Ministério Público Militar.

JUNHO / 2016



Em junho, o seminário “GRANDES CASOS CRIMINAIS: EXPERIÊNCIA ITALIANA E PERSPECTIVAS NO BRASIL” discutiu as características e ensinamentos das operações Mão Limpas (experiência italiana) e Lava-Jato (experiência nacional), referências no combate à corrupção.

AGOSTO / 2016



O II ENCONTRO NACIONAL DO MP COM ATUAÇÃO NA JUSTIÇA MILITAR, em agosto, teve como objetivo o aprimoramento das ações de promotores e procuradores que atuam perante a Justiça Militar Federal e Estadual.

No evento coordenado pelo conselheiro do CNMP e procurador de Justiça Militar, Antônio Pereira Duarte, foram debatidos temas como a competência do juízo monocrático para julgar crimes em que o civil figure no polo passivo da ação delituosa, mesmo que o tipo esteja classificado entre os crimes contra a administração; a Força Nacional de Segurança Pública: natureza jurídica, crime militar e competência para processo e julgamento; e a visita íntima em estabelecimento prisional militar.

O promotor de Justiça Militar Cícero Robson Coimbra Neves ministrou a palestra “**DIREITOS PENAIS MILITARES**” no Encontro.

NOVEMBRO / 2016



O mês de novembro foi a vez do MPM receber em sua sede o seminário “**SISTEMA PENAL ACUSATÓRIO: REALIDADES E PERSPECTIVAS**”.

O seminário teve como finalidade estimular o debate sobre o sistema penal em outros países e formas de sua concretização no Brasil. A dinâmica adotada foi por meio de debates e apresentações de experiências que retratavam onde e em que medida o sistema penal acusatório se encontra implementado ou em fase de implementação.



MPM PARTICIPA DE DISCUSSÃO SOBRE A CONDUTA DE MILITARES NAS MISSÕES DE PAZ DA **ONU**

O Ministério Públíco Militar, Ministério das Relações Exteriores e o Ministério da Defesa estudam mecanismos para atender a exigência da ONU de compromisso, transparência e celeridade na investigação, processo e julgamento de eventuais crimes praticados pelos “capacetes azuis”, sobretudo condutas de exploração e abusos sexuais. Para que o Brasil possa atender a essa orientação da ONU, é imprescindível a adequação da legislação penal militar nacional para caracterização de crimes de exploração e abuso sexuais, conforme conceitos preconizados pela ONU. As promotoras de Justiça Militar Najla Nassif Palma e Ana Carolina Sculfori Teles Leiro participaram das discussões.

Os debates, ocorridos em vários países que participam das missões de paz, fomentaram a elaboração de um relatório apresentado pelo Painel Independente de Alto-Nível das Nações Unidas para Operações de Paz ao Secretário-Geral da ONU. O relatório, criado para repensar estratégias para melhorar as missões de paz, contém recomendações aos países que contribuem com tropas militares e policiais e para as próprias missões de paz.

IMPLEMENTAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES

Para discutir as principais recomendações do Painel, identificando desafios e oportunidades de implementá-las sob uma perspectiva brasileira, foi realizado, nos dias 8 e 9 de novembro de 2016, o seminário “Implementing the report of the High-Level Panel on UN Peace Operations: remarks from Brazil”. O evento foi organizado pelo Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB), pelo Instituto Igarapé e pela Universidade de São Paulo e aconteceu no auditório do Comando de Operações Terrestres (COTER), em Brasília.

A promotora de Justiça Militar Najla Nassif Palma integrou o painel sobre Proteção de Civis, no qual registrou o aspecto da responsabilidade criminal dos *peacekeepers* e as iniciativas desenvolvidas pelo Brasil para implementação dessas recomendações. O MPM, o Ministério das Relações Exteriores e o Ministério da Defesa estudam mecanismos para atender a exigência da ONU de compromisso, transparência e celeridade na investigação, processo e julgamento de eventuais crimes praticados pelos “capacetes azuis”, sobretudo condutas de exploração e de abusos sexuais.

O MPM também participa da formação dos *peacekeepers* (integrantes de missões de paz) brasileiros, ministrando regularmente palestras no CCOPAB para militares que participarão das Missões de Paz da ONU.



ANTEPROJETO DE CÓDIGO PENAL MILITAR DE ANGOLA

Integrantes do Ministério Públíco Militar compuseram Comissão responsável pela elaboração de anteprojeto de Código Penal Militar para a República de Angola. Na primeira semana de abril, essa Comissão esteve reunida na Procuradoria-Geral de Justiça Militar, para finalização da primeira versão do Código. Atualmente, o Tribunal Militar de Angola analisa o anteprojeto apresentado pelos juristas brasileiros.

A Comissão foi montada há três anos, por iniciativa do presidente do Supremo Tribunal Militar de Angola, Antonio dos Santos Neto ‘Patónio’. Nesse período, foram realizados encontros em Brasília, no Rio de Janeiro e em Luanda. O coordenador da Comissão é o procurador de Justiça Militar e conselheiro do CNMP Antônio Pereira Duarte. Integram ainda a comissão: o subprocurador-geral aposentado e professor José Carlos Couto de Carvalho; o procurador Luciano Moreira Gorrilhas; os promotores Najla Nassif Palma e Jorge César de Assis, este último já aposentado; o juiz-auditor Cláudio Amin Miguel; e a advogada e professora universitária Cláudia Aguiar Silva Britto.



ORDEM DO MÉRITO MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR

Em 9 de novembro de 2016, no Auditório da Procuradoria-Geral de Justiça Militar, foi realizada a solenidade de entrega de comendas da Ordem do Mérito do Ministério Público Militar. Na 18^a edição da OMMPM, 59 personalidades e os estandartes da Escola de Aprendizes Marinheiros de Santa Catarina - EAMSC e do 37º Batalhão de Infantaria Leve do Exército Brasileiro foram agraciados com a medalha.

Entre outros, receberam a comenda: o ministro da Defesa, Raul Jungmann; o ministro da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União, Torquato Lorena Jardim; o procurador-geral da República, Rodrigo Janot; o procurador-geral do Trabalho, Ronaldo Curado Fleury; o procurador-geral do Distrito Federal e Territórios, Leonardo Roscoe Bessa; o defensor Público-Geral Federal, Carlos Eduardo Barbosa Paz; a senadora Ana Amélia Lemos; e o corregedor nacional do Ministério Público, Cláudio Henrique Portela do Rego. A Ordem do Mérito MPM é concedida nos graus Grã-Cruz, Grande Oficial, Alta Distinção, Distinção e Bons Serviços.



“Todas essas iniciativas citadas e outras tantas em curso no MPM, das mais diversas formas, tiveram a participação dessas 59 personalidades e duas instituições hoje homenageadas”, destacou o procurador-geral e chanceler da OMMPM, Jaime de Cássio Miranda, em discurso proferido durante a solenidade.





PERSPECTIVAS

CONSOLIDAÇÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

O ano de 2017 começou não muito diferente do anterior. Porém a economia do país dá sinais de reação, com a retomada de ações que possibilitem o crescimento do Brasil.

Nesse cenário os esforços para o aperfeiçoamento na gestão do Ministério Público Militar não serão reduzidos. O Plano Estratégico MPM 2016-2020 entra em seu segundo ano, período em que almejamos mais realizações. Em 2016, o Ministério Público Militar obteve resultados satisfatórios nas medições dos indicadores das iniciativas; também foram sentidos significativos avanços na modernização administrativa. Contudo, o primeiro ano de um ciclo de planejamento é caracterizado como momento de ruptura, de mudança de rota e paradigmas, de implementação de metodologias que surtem efeitos consideráveis a médio e a longo prazo.

Inúmeros projetos iniciados em 2016, ou mesmo em anos anteriores, continuarão prioritários em 2017, entre os quais:

- » virtualização dos processos judiciais e extrajudiciais;
- » incremento na capacidade de investigação do Centro de Apoio à Investigação;
- » aumento na participação do MPM na mídia;
- » disponibilização de mais canais para contato com a sociedade;
- » continuação das obras da sede da PJM Rio de Janeiro;
- » realização de obras de modernização e de acessibilidade nas PJM;
- » capacitação e qualificação do corpo técnico;
- » atualização de softwares de infraestrutura, em especial para o correio eletrônico institucional.

Essas ações serão essenciais para que o MPM continue a consolidação de seu planejamento. Permanece, assim, o empenho no atingimento da visão almejada pelo alcance e reconhecimento na promoção da Justiça Militar e da excelência na gestão.

Um grande abraço,

Jaime de Cassio Miranda
Procurador-geral de Justiça Militar

